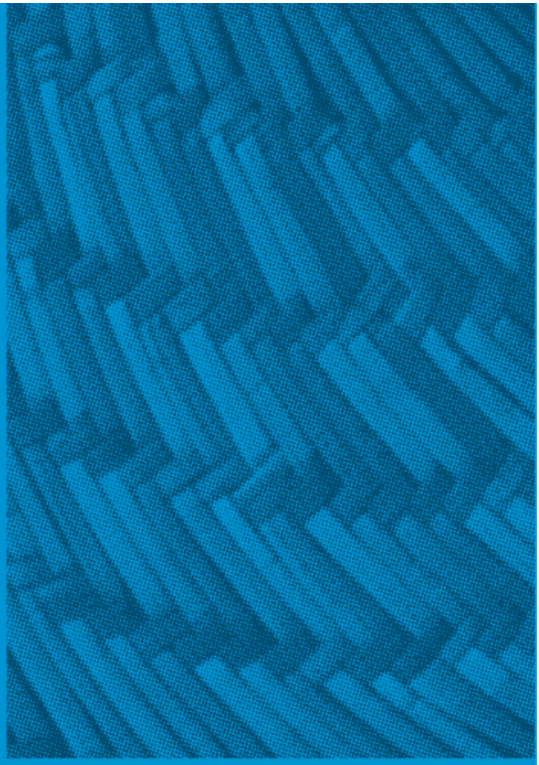
CAPES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Documento de Área

Serviço Social

Área 32



Coordenadora da Área:
Hamida Assunção Pinheiro

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:
Mônica de Castro Maia Senna

Coordenador Adjunto de Programas Profissionais:
Ricardo Lara

2025 – 2028

SUMÁRIO

PREÂMBULO 5
ESTADO DA ARTE 6
Histórico da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e o cenário atual da área 6
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS 18
1.1 Inovações, transformações e propostas 18
1.2 Planejamento dos Programas da área no contexto das Instituições de Ensino Superior 20
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas 21
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP) 22
1.5 Visão da área sobre a modalidade de ensino à distância 22
1.5.1 Condições asseguradas pela IES e infraestrutura 23
1.5.2 Proposta do curso 25
1.5.3 Corpo docente 28
1.5.4 Produção intelectual 29
1.6 Visão da área sobre a modalidade profissional 30
1.7 Visão da área sobre formas associativas 30
1.8 A interdisciplinaridade na área 31
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL 33
2.1 Perspectivas da área sobre a formação e perfil de egressos 33
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual 33
2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta 36
3 IMPACTO 38
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da área na sociedade 38
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência 39

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade 41

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA 42

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE 43

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais 43

5.2 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI) 44

5.3 Visão da área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade 45

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS 47

6.1 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração 47

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA 48

8 REFERÊNCIAS 49

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial "Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu" disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre a avaliação da pós-graduação na Área de Serviço Social (Área 32 - CAPES), estabelecendo diretrizes para os processos avaliativos dos cursos em funcionamento na Área para o quadriênio 2025-2028. Parte da compreensão da Avaliação como atividade essencial para assegurar, consolidar e ampliar a qualidade dos Programas de Pós-graduação stricto sensu, reconhecendo o caráter indutor desse processo na busca de maior qualidade na formação de mestres e doutores, no fortalecimento da produção científica, tecnológica e de inovação altamente qualificada e na ampliação de potenciais impactos dos Programas na sociedade. As considerações aqui realizadas tomam por referência as diversas normativas e sistemáticas adotadas pela Capes nos processos avaliativos, o conhecimento acumulado pela Área de Serviço Social em sua trajetória histórica, bem como o debate coletivo com participação da comunidade acadêmica e com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em diferentes espaços e momentos. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, o Documento de Área constitui a base dos diferentes processos de avaliação da Capes. O documento traça um panorama geral da Área de Serviço Social, descreve o estado atual, as características e perspectivas da Área, bem como apresenta os quesitos e itens considerados prioritários na avaliação quadrienal dos Programas de Pós-graduação em funcionamento.

ESTADO DA ARTE

Histórico da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e o cenário atual da área[1]

O Serviço Social é simultaneamente área de conhecimento e profissão. No Brasil, sua regulamentação como profissão se deu no ano de 1957 com a promulgação da Lei no. 3.252 de 27 agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto no. 994 de 15 de maio de 1962 (CFESS, 2024).

Desde então, destacam-se duas competências profissionais: (i) a atuação no âmbito das políticas públicas e privadas, seja na gestão, seja na implementação, seja ainda no monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos e serviços sociais; e (ii) o planejamento e desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir para a análise crítica da realidade social e seus determinantes, bem como para subsidiar o trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Destaca-se ainda a formação de recursos humanos para produzir conhecimento científico crítico sobre a realidade social e sobre a própria ação profissional (Capes, 2019).

Os primeiros Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área de Serviço Social no país datam da década de 1970, com a criação dos cursos de mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ambos implantados em 1972 e pioneiros no continente latino-americano. Outros quatro cursos de mestrado na Área também iniciaram na mesma década, a saber: na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1976, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) em 1977, na Universidade Federal da Paraíba-campus João Pessoa (UFPB-JP) em 1978 e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1979. Assim, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste foram as primeiras a implantar cursos de mestrado em Serviço Social, impulsionando a abertura de outros cursos de pós-graduação no continente latino-americano, com importante apoio do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). O primeiro Curso de Doutorado em Serviço Social foi implantado na década seguinte, isto é, em 1981 na PUC-SP. Nesta mesma época, o Serviço Social teve seu reconhecimento como área de conhecimento pelas duas principais agências de financiamento de pesquisa do país, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o que ocorreu pari passu à configuração do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e à elaboração do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

[1]Parte do conteúdo do estado da arte da área de conhecimento do Serviço Social foi retirada dos Relatórios de Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social dos anos de 2017 e de 2021 e também do Documento de Área de 2019.

As décadas seguintes foram marcadas pelo crescimento consistente e consolidação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) na Área. Na Avaliação Trienal 2004-2006, a Área contava com 21 PPG em funcionamento, passando para 36 na Quadrienal 2017-2020, dentre os quais 20 com cursos de mestrado e doutorado. Esse processo não só acompanhou a expansão do ensino superior no Brasil e a ampliação do quadro docente das universidades públicas, especialmente das federais, como também expressou o esforço coletivo da categoria de assistentes sociais, sobretudo por meio de suas entidades organizativas (em especial a ABEPSS), na defesa da formação pública de qualidade em articulação ao amplo processo de renovação crítica que ocorre no Serviço Social brasileiro desde os anos 1970 no intuito de romper com as marcas conservadoras e confessionais de sua origem. Na sustentação científica dessa renovação, a Pós-Graduação tem exercido papel fundamental.

Estudos sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil, como os realizados por Guerra (2011) e Mota (2013), reconhecem sua importância para a constituição da vertente crítica do Serviço Social brasileiro; para o alcance de patamares de excelência na formação exclusivamente acadêmica; para a alavancagem das pesquisas e da produção do conhecimento sobre a realidade brasileira, para o adensamento na compreensão das múltiplas expressões da questão social e seus determinantes, para o aprofundamento dos debates das políticas sociais e do trabalho profissional e ainda para a articulação política de um importante segmento da categoria profissional que possibilitou a denominada virada do Serviço Social brasileiro.

Os Cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção de conhecimentos, dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume. Por meio de seus programas de pós-graduação e núcleos e grupos de pesquisas a eles vinculados, o conhecimento produzido prioriza temas como a questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente, como objeto de pesquisa, os aspectos sociais relacionados aos seguintes temas: envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, questões identitárias, famílias, além da priorização de estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais.

A Área também vem consolidando, por meio de seus processos formativos, projetos de pesquisa e de cooperação técnica, uma profícua trajetória de inserção social, com contribuições à identificação das necessidades e demandas sociais da população, à ampliação e aperfeiçoamento das políticas, programas e serviços sociais, à defesa

intransigente dos direitos humanos e de cidadania, ao combate a todas as formas de preconceito e discriminações, ao respeito à diversidade e em prol da equidade e justiça social.

Na Avaliação Quadrienal 2021, a Área de Serviço Social contava com 36 PPG em funcionamento, sendo 22 com cursos de mestrado e doutorado e 14 com cursos de mestrado. Em 2023 foi aprovada a criação de mais quatro cursos novos, sendo dois em nível de mestrado (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA) e dois em nível de doutorado (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa - UFPB-JP), totalizando 38 PPG. No ano de 2024 foi aprovado o curso de doutorado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que tem previsão para entrar em funcionamento em 2025. Sendo assim, na configuração atual, os programas da área estão distribuídos nas seguintes áreas básicas: Serviço Social (29), Política Social (7), Políticas Públicas (3). As áreas de concentração e linhas de pesquisa desses PPG guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas. Vale mencionar que até novembro de 2024, a área possuía 1 Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, o qual solicitou mudança de nome para Programa de Pós-Graduação em Política Social.

Conforme dados do relatório do Seminário de Meio Termo da área realizado em 2023, que tem como base consultas feitas na Plataforma Sucupira, a grande maioria dos PPG da Área de Serviço Social é vinculada a Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, com predomínio das universidades federais (62,86%), seguida das estaduais (20%). Os PPG em IES comunitárias confessionais representam 17,14% do total (PINHEIRO, SENNA, LARA, 2023).

Todos os programas da Área são na modalidade acadêmica e em formato presencial, sendo o Serviço Social a única dentre as 50 áreas de conhecimento, reconhecidas pela Capes, que não teve qualquer programa aberto na modalidade profissional. A principal justificativa relaciona-se ao fato de que, para o Serviço Social as dimensões interventiva e investigativa são indissociáveis e os PPG da Área se voltam para a formação de mestres e doutores que atuem não apenas na docência ou em instituições de pesquisa, mas também na gestão e implementação de políticas públicas e de serviços sociais, visando, desse modo, qualificar o trabalho profissional. Os programas acadêmicos da área têm dado conta de expressiva produção acadêmica, bem como da produção técnica e tecnológica.

Na Avaliação Quadrienal de 2021, a Área de Serviço Social apresentou importantes avanços, expressos no aumento da nota em 45,5% dos PPG. Nenhum PPG teve nota rebaixada. Apenas dois PPG encontravam-se na condição de ter recebido 3 vezes a nota 3 (3x3). Esses avanços refletem a maturidade acadêmica alcançada pela Área ao longo de seu percurso em termos de formação qualificada, desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimentos em nível de pós-graduação, bem como em relação a seus

impactos na sociedade. A Tabela 1 apresenta a distribuição do número de PPG da Área por nota nas Quadrienais 2017 e 2021.

NOTA	2013-2016		2017-2020	
	N	%	N	%
2	1	2,9	0	-
3	12	35,3	9	25,0
4	12	35,3	11	30,5
5	3	8,8	8	22,2
6	5	14,7	6	16,7
7	1	2,9	2	5,6
TOTAL	34	100	36	100

Tabela 1. Distribuição Percentual dos programas da Área de Serviço Social por nota nos Quadriênios 2013-2016 e 2017-20202

Quanto à localização dos programas de pós-graduação da área, a maior parte está concentrada nas regiões Sudeste e Nordeste, com 12 PPG cada, seguida da região Sul, com 8. Essa concentração pode ser creditada ao fato de serem as regiões pioneiras na implantação de programas de pós-graduação stricto sensu na área, ocorrida ainda na década de 1970, pela predominância de IES e elevada oferta de cursos de graduação e pela alta densidade populacional nessas regiões. Mas salienta-se a baixa oferta de PPG da Área nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, na medida em que a região Norte conta com apenas três programas, dos quais apenas um possui curso de doutorado (UFPA) em funcionamento, sendo que o segundo curso de doutorado na região foi aprovado em setembro de 2024, na UFAM, e ainda não ofertou sua primeira turma. No Centro-Oeste, existem três PPG em funcionamento, sendo dois deles com doutorado (UnB e UFMT), esse último aprovado no ano de 2023. A redução das assimetrias regionais na pós-graduação brasileira tem estado presente na agenda pública da CAPES e é uma preocupação constante da Área de Serviço Social, inclusive no que tange às lacunas em termos de formação pós-graduada em localidades no interior dos estados das demais regiões (Gráfico 1). Verifica-se, na última década, o movimento de ampliação de PPG da Área em direção a suprir essas lacunas, com abertura de novos cursos de mestrado e doutorado.

[2] Fonte: Capes, 2021.

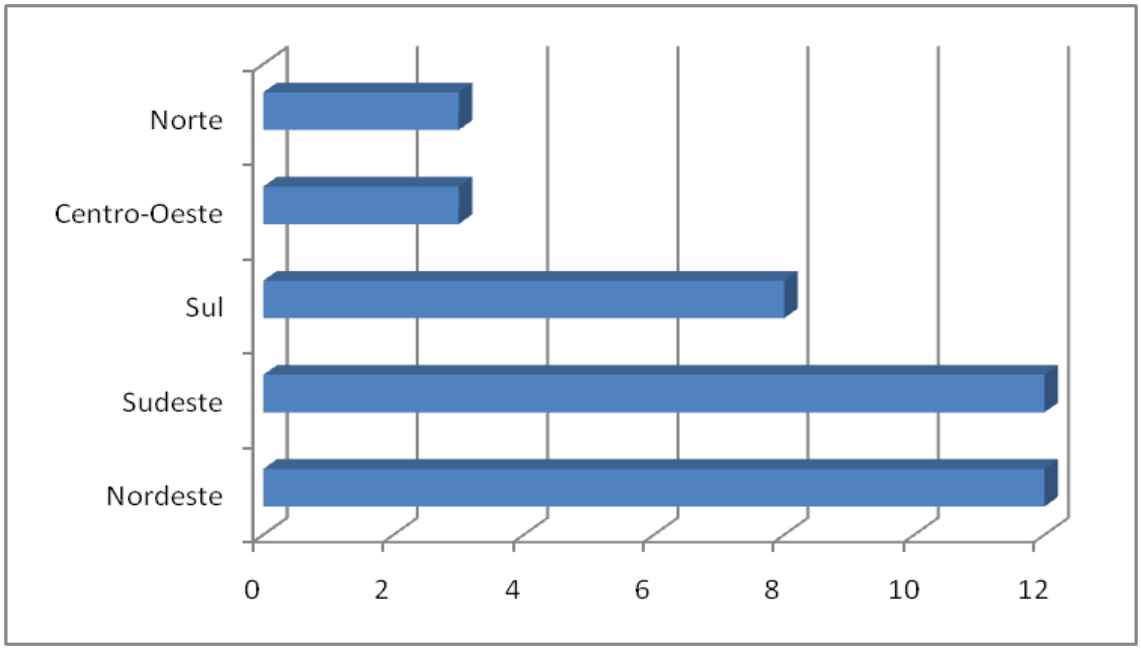


Gráfico 1. Distribuição dos PPG da Área de Serviço Social entre as macrorregiões do país. Brasil, 2024.[3]

O Quadro 1 apresenta um panorama sintético da distribuição dos programas em funcionamento por região e nota na Avaliação Quadrienal 2021 (que avaliou o período de 2017-2020). Inclui ainda as datas de criação e de implantação dos programas, que podem diferir haja vista que, após a aprovação da proposta de curso novo, existe um prazo de 24 meses para a abertura da primeira turma.

[3] Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Sucupira-Capes.

IES/UF	NIVEL	NOME DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	NOTA Quadrienal 2021
Região Norte					
1.UFPA (PA)	M/D	Serviço Social	1994	1996	5
2.UFAM (AM)	M/D	Serviço Social	2006	2007	4
3. UFT (TO)	M	Serviço Social	2018	2019	3
Região Nordeste					
1.UFMA (MA)	M/D	Políticas Públicas	1992	1993	6
2.FUFPI (PI)	M/D	Políticas Públicas	2001	2002	5
3.UECE (CE)	M	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	2011	2012	4
4.UFRN (RN)	M/D	Serviço Social	2000	2000	4
5.UERN (RN)	M	Serviço Social e Direitos Sociais	2013	2014	3
6.UFPB/JP(PB)	M/D	Serviço Social	1978	1978	4
7.UEPB (PB)	M	Serviço Social	2012	2013	3
8.UFPE (PE)	M/D	Serviço Social	1979	1979	6
9.UFAL (AL)	M/D	Serviço Social	----	2004	5
10.FUFSE (SE)	M	Serviço Social	2011	2011	4
11. UFBA (BA)	M	Serviço Social	2017	2019	3
12. UFRB (BA)	M	Serviço Social e Territórios	2018	2019	3
Região Sudeste					
1.UFES (ES)	M/D	Política Social	----	2004	6
2.EMESCAM(ES)	M	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	2009	2009	3
3.UFRJ (RJ)	M/D	Serviço Social	1976	1976	5
4. UFF (RJ)	M/D	Política Social	2002	2002	5

IES/UF	NIVEL	NOME DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	NOTA Quadrienal 2021
5.UFF (RJ)	M	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	2011	2011	4
6.UERJ (RJ)	M/D	Serviço Social	----	1998	6
7.PUC-Rio (RJ)	M/D	Serviço Social	1972	1972	6
8.UFV (MG)	M/D	Economia Doméstica	1992	1992	5
9.UFJF (MG)	M/D	Serviço Social	2004	2005	5
10.UNESP/FR (SP)	M/D	Serviço Social	1991	1992	5
11.PUC-SP (SP)	M/D	Serviço Social	1971	1972	7
12.UNIFESP (SP)	M	Serviço Social e Políticas Sociais	2015	2016	3
Região Sul					
1.UEL (PR)	M/D	Serviço Social e Política Social	2001	2001	4
2.UNIOESTE(PR)	M	Serviço Social	2012	2013	3
3.UFSC (SC)	M/D	Serviço Social	2000	2001	5
4.UFRGS(RS)	M	Política Social e Serviço Social	2015	2016	4
5.PUC/RS (RS)	M/D	Serviço Social	1977	1977	7
6.UCPEL (RS)	M/D	Política Social e Direitos Humanos	2005	2006	5
7. UFSM (RS)	M	Serviço Social e Políticas Públicas	2023	2024	A
8.UNIPAMPA (RS)	M	Serviço Social e Proteção Social	2023	2024	A
Região Centro-Oeste					
1.UFMT(M)	M/D	Política Social	2008	2009	4
2.PUC-GOIÁS(M)	M	Serviço Social	2005	2007	3
3.UnB(M/D)	M/D	Política Social	1989	1990	6

Quadro 1. Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social por região, nível de formação (mestrado e doutorado), ano de criação e de implantação e nota recebida na Quadrienal 20214.

Os 36 programas da Área em funcionamento no quadriênio 2017-2020 apresentaram um total de 54 áreas de concentração, 149 linhas de pesquisa e 2.416 projetos de pesquisa em andamento ou concluídos no período (Capes, 2022). A Figura 1, extraída do Relatório da Avaliação Quadrienal de 2021, evidencia as temáticas abordadas nas áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. Desse modo, avalia-se sua aderência e articulação às diretrizes do Documento da Área de Serviço Social.

Figura 1. Temáticas abordadas pelos programas da área considerando área de concentração, linhas de pesquisa e projetos5.

Em conformidade com os dados expostos no Relatório do Meio Termo, verifica-se que, acompanhando a expansão dos PPG na Área, houve ampliação do número de docentes no quadriênio, totalizando 657 no ano de 2021, dos quais 80,4% são docentes permanentes, 18,7% colaboradores e 0,9% visitantes. O tempo médio de titulação desses professores era de 12,5 anos, sendo maior na PUC-SP (22 anos) e menor na UFT (6 anos), o que pode ser creditado ao próprio tempo de existência e funcionamento desses programas, o primeiro sendo o pioneiro da área e o segundo um dos mais novos. Verificou-se uma composição favorável do corpo docente dos PPG ao reunir professores experientes e jovens doutores, cabendo destacar que o crescimento dos PPG na Área favoreceu a incorporação de doutores recém titulados (Gráfico 2).

[4] Fonte: Adaptado de Relatório de Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social (2021).
[5] Fonte: Relatório da Quadrienal 2021, Capes, 2021.

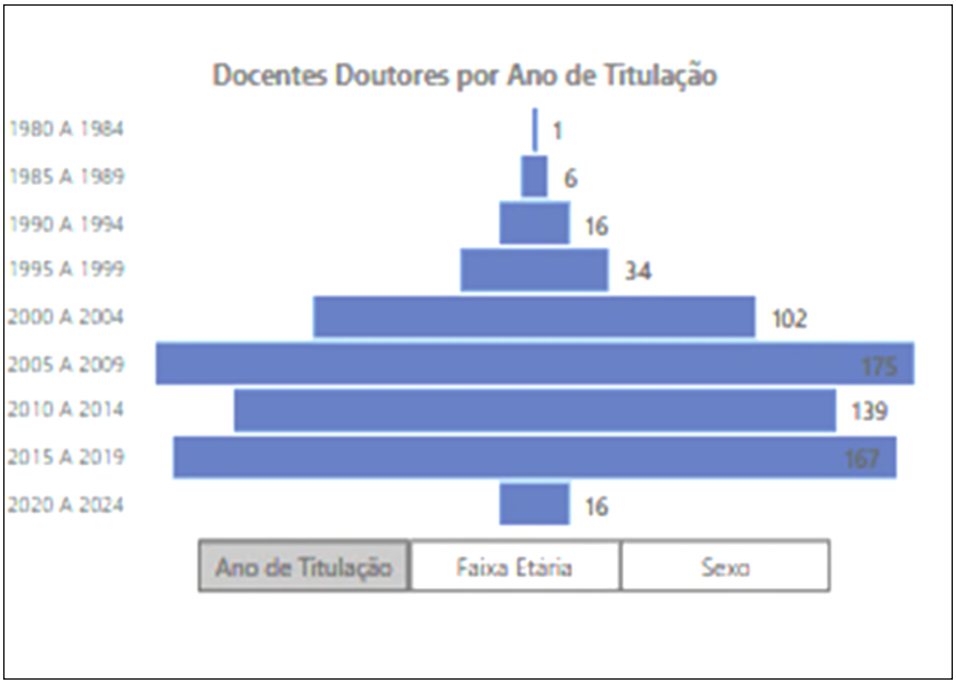


Gráfico 2. Distribuição dos docentes por ano de titulação nos PPG da Área de Serviço Social[6]

No que se refere à estabilidade, a proporção de docentes com estabilidade no quadriênio 2017-2020 foi de 78,4%, chegando a 95% nas universidades federais. O menor percentual de estabilidade estava entre os docentes das IES comunitárias e confessionais (65%). O percentual de docentes permanentes bolsistas produtividade da Área era de 18,1% e a proporção de docentes permanentes com projetos financiados no quadriênio correspondia a 60,5%. Tratam-se de importantes indicadores do corpo docente, ainda mais se consideradas as condições públicas de financiamento para a pesquisa no Brasil.

Em relação aos discentes, com base nos dados do Relatório do Seminário de Meio Termo, a Área possuía, em 2022, um total de 2.926 alunos. Desses, 62,9% eram mestrandos e os demais 37,1% doutorandos. Predominavam discentes do sexo feminino (77,4%) e de cor branca com baixíssima presença de indígenas. Mas chama atenção a elevada falta de registro dos PPG para esse quesito, conforme expressa o Gráfico 3, o que precisa ser mais discutido e enfrentado pela Área, sobretudo na perspectiva de fortalecimento de ações afirmativas.

[6] Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Sucupira-Capes.

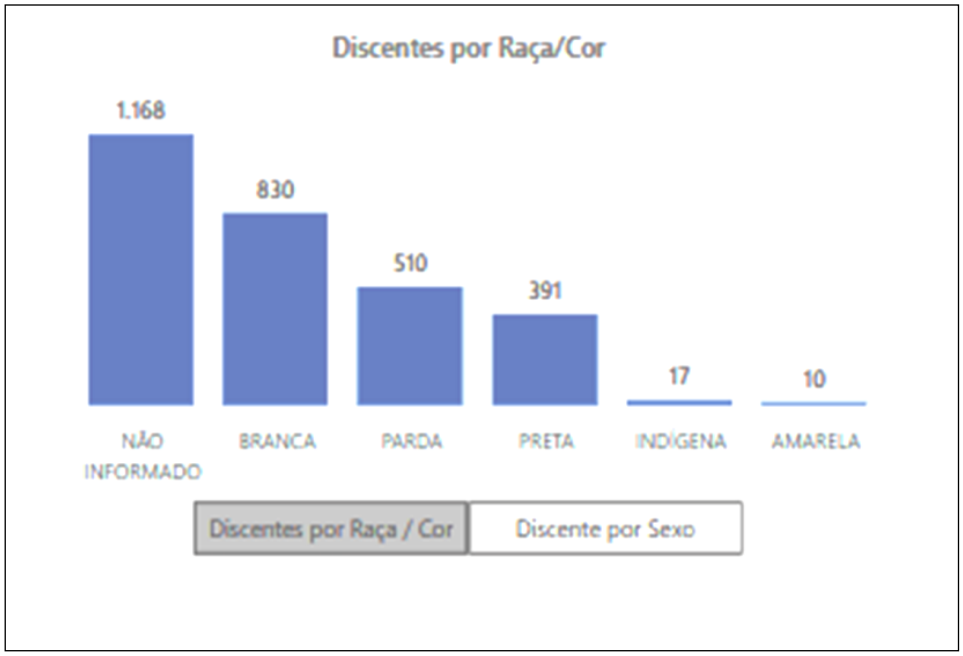


Gráfico 3. Distribuição de discentes por raça/cor nos PPG da Área de Serviço Social7

Conforme dados do relatório da Quadrienal 2021, no período 2013-2017, foram titulados 82,8% de doutores e 76,0% de mestres no conjunto de programas da Área. Um dos indicadores para avaliar o alcance da formação recebida refere-se ao percentual de mestres e doutores inseridos no mercado de trabalho em relação ao total de titulados, a partir de informações encontradas na RAIS e na pós-graduação. Foram encontrados 85,5% dos egressos no período compreendido entre 2013 e 2021, sendo 77,3% na RAIS e 22,6% na pós-graduação, o que demonstra que a Área vem atingindo de forma satisfatória um de seus objetivos, ainda que seja importante assinalar que a inserção no mercado de trabalho depende de questões estruturais e conjunturais relacionadas à economia política global e do país. A Administração Pública é predominante em termos de natureza jurídica da inserção dos egressos no mundo do trabalho, correspondendo a 80,1% dos encontrados na RAIS e o vínculo empregatício que prepondera é o estatutário (74,2%), seguido da CLT (31,0%). Em relação à distribuição por ramo/setores, destacam-se administração pública, defesa e seguridade social (58,3%), seguida de educação (37,6%) e saúde e serviços sociais (10,6%).

A área vem mostrando uma crescente e robusta produção acadêmica (bibliográfica e técnica), acompanhando a expansão dos PPG e expressando a maturidade científica galgada pela Área ao longo de sua trajetória. Em relação à produção bibliográfica, os principais veículos de divulgação científica no quadriênio 2017-2020 foram livros, capítulos de livros e periódicos, os quais somaram 4.589 produtos, o que corresponde a 66% do total. A distribuição de artigos em periódicos e livros e capítulos de livros no período pode ser visualizada no Gráfico 4.

[7] Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Sucupira-Capes.

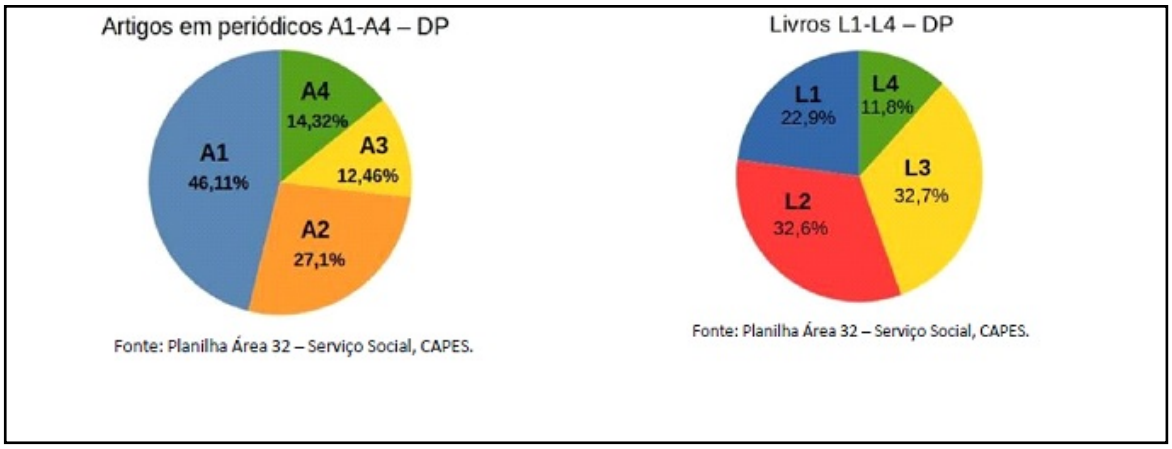


Gráfico 4. Distribuição percentual de produção bibliográfica por estrato Qualis publicada por docentes permanentes dos PPG Área Serviço Social, 2017-2020[8]

Aqui vale registrar o avanço que foi para a Área da adoção do Qualis único no processo de classificação dos periódicos, o que, inclusive, possibilitou alavancar a qualificação dos periódicos em que o Serviço Social é área-mãe.

No tocante à produção técnico-tecnológica, os PPG destacaram 163 produtos (PTT), sendo a grande maioria (79,6%) avaliada nos estratos T1 e T2, o que certifica a qualidade dessa produção. Os principais tipos de PTT registrados pelos PPG da Área de Serviço Social no quadriênio 2017-2020 foram: organização de eventos científicos (31,3%), editoria (20,9%) e cursos de curta duração (12,3%).

Quanto à demanda por bolsas de Pós-Doutorado no exterior, registrou-se crescimento de 2.050% (entre 2004 e 2013), um pouco superior ao percentual registrado pelo SNPG (1.959%). Em 2016 os Programas contavam com 426 docentes permanentes, 100 colaboradores e 14 visitantes (destes, 8 eram estrangeiros).

No que tange aos intercâmbios e cooperação científica voltados para internacionalização dos programas, conforme aponta o relatório da Quadrienal 2021, a área vem mantendo intercâmbios com vários países da América Latina (notadamente Argentina, Chile, México, Colômbia, Uruguai, Venezuela, Cuba, Costa Rica Peru e Haiti); da África (Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde); da Europa (França, Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Escócia, Noruega e Suíça), da Ásia (Turquia e China) e na América do norte (Estados Unidos da América e Canadá). Foram identificados novos intercâmbios no período, destacando-se Bélgica, Holanda, Ucrânia, Rússia, Grécia, Japão e Austrália e na América Latina e Central parcerias com Paraguai, Equador e Nicarágua.

As atividades relativas ao impacto social dos PPG foram avaliadas como bastante relevantes no Quadriênio 2017-2020 e uma tendência histórica da Área que vem se consolidando, dado o reconhecimento da indissociabilidade entre formação,

[8] Fonte: Capes, 2022.

investigação e intervenção na defesa dos direitos de cidadania e enfrentamento das desigualdades sociais, mostrando a intrínseca unidade do Serviço Social como área de conhecimento e como profissão. A produção intelectual dos PPG mostrou-se aderente ao Documento da Área, agrupando-se em torno de eixos temáticos como política social; avaliação e análise de políticas públicas no Brasil e em perspectiva comparada; trabalho, questão social e Serviço Social; fundamentos históricos e teórico-metodológicos, formação e trabalho profissional do Serviço Social; movimentos sociais, política social e Serviço Social; questão agrária, urbana e ambiental e migrações; ética e direitos humanos; relações de gênero, raça/etnia, sexualidade e desigualdades sociais, econômicas e culturais; questão geracional, políticas sociais e Serviço Social.

Docentes e discentes dos PPG na Área têm integrado redes de pesquisa nacionais e internacionais e promovido intercâmbios e parcerias com diferentes instituições e grupos de pesquisa nacionais e internacionais, na perspectiva de expandir e consolidar a pós-graduação stricto sensu em nível de excelência, impactando tanto a formação de docentes e pesquisadores para as IES quanto à inserção profissional qualificada.

Os PPG desenvolveram, no quadriênio 2017-2020, um conjunto de ações inovadoras que incidiram na questão social em suas múltiplas manifestações, incluindo questões étnico-raciais, de gênero, socioambientais, urbana e agrária, dentre outras. Por meio de projetos e ações de extensão universitária, os PPG da Área têm fortalecido o papel das universidades na produção e difusão do conhecimento socialmente referenciado, articulando não só assistentes sociais, mas também outros profissionais e gestores de políticas públicas, estendendo-se ainda aos movimentos sociais ligados aos trabalhadores urbanos e rurais (mulheres, negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, crianças, jovens e idosos). Destacam-se ainda nesse universo, projetos, programas e cursos de extensão; assessoria e consultoria; palestras, oficinas e cursos; formulação e avaliação de políticas sociais; produção de material didático e ou técnico, metodologias de trabalho social etc., além de parcerias governamentais e com movimentos sociais e participação e apoio a conselhos de políticas públicas e de direitos.

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

A área de Serviço Social considera que, no âmbito das inovações e transformações nas propostas dos cursos, suas principais estratégias de formação e intervenção na realidade se efetivam na produção de conhecimento crítico sobre a realidade social e seus determinantes, especialmente no que tange às necessidades e demandas sociais e formas de seu enfrentamento, na atuação profissional qualificada nas políticas públicas e sociais inclusivas e, ainda, na articulação de organismos da sociedade civil para fortalecer e ampliar direitos.

No que se refere à inovação, destaca-se a centralidade da produção de tecnologias sociais voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e à garantia de direitos, da elaboração de indicadores para monitoramento e avaliação de políticas públicas, democratização das informações e fortalecimento da ação pública do Estado. Compreende-se, assim, que a inovação se articula à necessidade de responder a demandas de uma sociedade crescentemente complexa e multideterminada, com respeito à diversidade étnico-cultural de forma a recusar qualquer forma de preconceito, discriminações e violação de direitos. Considera-se relevante salientar que a inovação nas Ciências Humanas, ou ainda como podem ser chamadas, de tecnologias sociais, nem sempre está vinculada aos recursos tecnológicos avançados. Muitas vezes envolve criatividade no uso de metodologias tradicionais e/ou novas, que busquem viabilizar a socialização de informações, incitar a participação social, esclarecer usuários das políticas sociais, como também qualificar profissionais e gestores para oferta de serviços públicos de qualidade tanto da área de Serviço Social como de áreas afins.

Sendo assim, é esperado que os programas percebam a realidade local e regional, social e econômica em que estão inseridos e que isso seja objeto de pesquisas e de intervenções por parte de docentes e discentes. Nesse sentido, quanto à organização e funcionamento dos programas de pós-graduação e sua relação com a inovação, é pertinente que estes demonstrem, por meio da produção intelectual (bibliográfica e/ou técnica), a evidente preocupação com a realidade local e regional e que isso se expresse nas ações e pesquisas voltadas para responder ou debater as demandas identificadas. Dito isso, a inovação poderá ser identificada nas pesquisas, nas ações de extensão, nos eventos realizados, nos cursos de formação, entre outras atividades dos programas.

A inovação, no caso da área de Serviço Social, pela sua natureza e também pela abordagem das temáticas, pode também articular as atividades dos programas de pós-graduação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estão na agenda mundial de prioridades. São ao todo 17 objetivos estabelecidos pela Organização das

Nações Unidas (ONU), a saber: 1) Erradicação da Pobreza; 2)Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3)Saúde e Bem Estar; 4)Educação de Qualidade; 5)Igualdade de Gênero; 6) Água Potável e Saneamento; 7) Energia Acessível e Limpa; 8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10) Redução das Desigualdades; 11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12) Consumo e Produção Responsáveis; 13) Ação contra a Mudança Global do Clima; 14) Vida na Água; 15) Vida Terrestre; 16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17) Parcerias e Meios de Implementação (ONU, 2024). É possível notar que vários destes objetivos têm estreita relação com os eixos temáticos dos programas da área de Serviço Social. Nesse sentido, a vinculação aos mesmos pode ocorrer de forma muito positiva para a formação acadêmica de qualidade.

Mais recentemente, sobretudo se considerarmos o contexto pandêmico da Covid-19, observa-se que várias atividades dos programas de pós-graduação, mesmo daqueles que são autorizados a funcionar na modalidade presencial, têm sido mediadas pelo uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Isso tem se aplicado em distintos formatos e em diferentes intensidades em distintos programas de pós-graduação. Diante disso e buscando subsídios que possam orientar as áreas de conhecimento, em 2023 a Capes constituiu um Grupo de Trabalho (GT) sobre o Processo Híbrido de Ensino e Aprendizagem (PHEA) empregados pelos programas de pós-graduação stricto sensu (PPG) no Brasil. O objetivo do referido grupo de trabalho foi apresentar um diagnóstico e sugerir formas de regulamentação.

Com base no relatório deste GT, a área de Serviço Social reforça que o PHEA seja reconhecido como metodologia de ensino-aprendizagem, e não como modalidade de ensino. Assim, a área orienta que esta metodologia possa ser utilizada com muita atenção, cautela e foco na formação e na qualidade oferecida pelos programas, considerando o devido alinhamento às premissas do projeto ético-político da área de Serviço Social, assim como a observância da proposta dos cursos aprovados pela Capes.

Na atualidade, a qual é marcada pelo contingenciamento de recursos públicos na área da educação nos mais diferentes níveis, o uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) pode ser uma estratégia para otimização de recursos financeiros dos programas, a exemplo da realização de bancas de qualificação e defesa dos trabalhos de conclusão de curso com presença de avaliadores de outros estados e/ou países.

Sendo assim, em consonância com o que orienta o relatório do Grupo de Trabalho do Uso do PHEA, a área entende que “cada instituição e cada programa deve delinear e justificar em sua proposta a inserção e o uso dos processos de ensino-aprendizagem híbridos” (Capes, 2024, p.11). Isto é, a área não criará métricas quantitativas para a verificação do uso das tecnologias na relação ensino-aprendizagem. Ao invés disso, serão observadas a qualidade e a adequação das mais diversas metodologias à missão, aos objetivos e à atividade fim dos programas de pós-graduação da área. Nesse processo, a área considerará as evidências de impacto da produção científica (bibliográfica e

técnica), destino e atuação dos egressos, entre outros elementos que demonstrem a qualidade da formação ofertada e o impacto do programa na sociedade.

É importante ressaltar que o ensino a distância não pode ser confundido com o uso de PHEA, o qual é permitido na modalidade presencial e tem caracterizado a metodologia híbrida de ensino. O ensino híbrido comporta metodologias mistas, as quais podem existir dentro da modalidade presencial, congregando a primazia da presencialidade com momentos remotos síncronos e/ou assíncronos. A Área indica cautela no desenvolvimento de metodologias de ensino e pesquisa à distância e considera que estas não se aplicam a programas de mestrado ou doutorado acadêmico na área, reiterando a priorização de cursos de pós-graduação stricto sensu na modalidade presencial, a fim de fortalecer a formação qualificada e a produção intelectual de alto nível. A presencialidade deve ser o eixo central que norteia a maioria absoluta das atividades dos programas da Área de Serviço Social.

Para a área de Serviço Social o uso do PHEA não descaracteriza a modalidade presencial, na realidade é uma forma que pode se tornar estratégica e interessante para potencializar o aprendizado em determinados momentos do processo formativo, ou seja, pode ser empregada de modo pontual e específico nos cursos presenciais.

1.2 Planejamento dos Programas da área no contexto das Instituições de Ensino Superior

O planejamento dos programas é um critério apreciado tanto no ingresso como na permanência de cursos de pós-graduação no SNPG. A área de Serviço Social entende que é importante que o planejamento do programa de pós-graduação esteja vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES ao qual pertence. O PDI é uma ferramenta de planejamento que permite elaborar diagnósticos e metas em consonância com a política da IES. Os programas, por sua vez, no ato de elaboração do planejamento, devem buscar vinculação à política institucional e ao PDI. A vinculação orgânica da proposta do programa e das ações em relação à área de concentração, linhas e projetos de pesquisa, a adequação e melhorias da infraestrutura e o aprimoramento da formação ofertada, vinculada à ampliação qualitativa e quantitativa da produção intelectual (bibliográfica e técnica), devem contribuir para a autoavaliação e, consequentemente, para a elaboração e para gestão do planejamento.

O planejamento dos programas deve contemplar os quesitos e os itens estabelecidos na ficha de avaliação, traduzindo-os como alvos/metas a serem alcançados. Assim, o planejamento deve abarcar os propósitos do programa para melhorar a formação acadêmica, a produção intelectual, as atividades de pesquisa e o impacto (local, regional, nacional, internacional). Para isso, o planejamento deve priorizar medidas que primem pela qualidade e adequação das teses e dissertações, qualidade da produção intelectual de discentes e docentes, estratégias para identificação do destino e atuação dos

egressos, mapeamento das ações de inserção social a ser desenvolvidas ou em desenvolvimento, metas para implementação e/ou monitoramento das políticas afirmativas e ações de promoção da equidade, ações voltadas para infraestrutura e acessibilidade; medidas que promovam a visibilidade do programa, a popularização da ciência, a inovação, a transferência e o compartilhamento de conhecimento, além do impacto do programa para a sociedade.

Todavia, vale destacar que a área está sensível e atenta aos limites e obstáculos que são vinculados aos fatores externos, ou seja, cujas condições de efetivação não dependem exclusivamente dos programas. Ressalte-se, contudo, que é fundamental que os programas possam intervir nas discussões do PDI da IES, de forma a garantir fontes orçamentárias públicas para o financiamento das pós-graduações e suas políticas de ensino e desenvolvimento de pesquisas. Desse modo, o PDI deve dialogar com todos os setores das IES de modo a serem participativos e com metas compatíveis com as reais necessidades e capacidades de respostas das áreas, dos Programas, das Universidades e das agências de fomento. Importa considerar, nessa dinâmica, as desigualdades econômicas regionais, a distribuição de recursos e os limites enfrentados pelas regiões que historicamente são menos contempladas nesta distribuição. Diante delas, deve-se atentar para as condições de planejamento das ações, enfatizando as potencialidades dos programas e a importância de sua manutenção para contribuir e dinamizar o crescimento econômico e social da região em que se inserem.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

A área de Serviço Social considera que a autoavaliação e o planejamento devem caminhar articulados um ao outro. O processo de autoavaliação deve ser sistemático e envolver todos os sujeitos que fazem parte dos programas, uma vez que “é planejada, conduzida, implementada e analisada por pessoas, elas próprias formuladoras e agentes das ações a serem avaliadas, a autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão” (Verhine, 2018, p. 3). A autoavaliação deve reafirmar a autonomia dos Programas e sua cultura histórica dos processos avaliativos.

A área reafirma a premissa na qual o principal objetivo da autoavaliação é formativo, com foco na aprendizagem e na formação discente com qualidade a partir da realidade institucional da Universidade, da relevância do Programa na região, sua capacidade de produção do conhecimento e de intervenção social. Destarte, considera-se que o processo de autoavaliação deve ser planejado de forma articulada ao investimento público para a Pós-Graduação, considerando-se o contexto de cortes ou retração de investimentos, de maior ou menor fluxo de editais de apoio e fomento, bem como as condições de oferta de bolsas para discentes e para qualificação de docentes.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

Para a área, o conjunto de docentes permanentes deve sustentar as principais atividades pedagógicas, de pesquisa, de inserção social e de gestão dos programas de pós-graduação, incluindo disciplinas, orientações, projetos de pesquisa, produção bibliográfica e técnica. Sendo assim, a área orienta que os docentes tenham, no mínimo, 20h de dedicação semanal ao programa. Além disso, a área permite que cada docente permanente atue em, no máximo, dois programas concomitantemente.

No que concerne à proporção entre docentes permanentes e colaboradores, é indicado que seja um quadro de 70% ou mais de permanentes e, no máximo, 30% de colaboradores. Os docentes permanentes devem atuar em projetos de pesquisas como coordenadores e/ou membros, além das atividades de ensino (disciplinas e orientação). Espera-se que os docentes tenham projetos de pesquisa com financiamento e/ou que os programas tenham em seus quadros docentes com bolsa produtividade. Contudo, a área é ciente do baixo financiamento para projetos de pesquisa na contemporaneidade e também de que existe um déficit em termos de bolsas de pesquisa em produtividade para diversas áreas do conhecimento, inclusive para as Humanidades.

1.5 Visão da área sobre a modalidade de ensino à distância

A área de Serviço Social reitera sua política de indução de cursos novos apenas na modalidade presencial, o que é fruto de debates construídos em articulação com a ABEPSS. São debates que traduzem a preocupação com a condução do ensino e da pesquisa na pós-graduação vinculada às especificidades da área no que tange à formação de recursos humanos com competência tanto para ações de impacto social inerentes às políticas sociais, públicas ou privadas, para as quais são requisitados os/as assistentes sociais e que configuram o respectivo mercado de trabalho; como para a consolidação e formação de docentes capazes de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao desenvolvimento de tais competências.

Defende-se que a produção de conhecimentos no Serviço Social remete ao domínio de teorias e indicadores sociais vinculados à pesquisa na área das ciências humanas e sociais, que demanda tempo e dedicação para o acúmulo e maturação dos acadêmicos. Salienta-se, ainda, a preocupação em assegurar a viabilidade de grande parte das pesquisas da área que são realizadas com trabalhos de campo sistemáticos e que requisitam atividades presenciais e regulares dos pesquisadores junto aos sujeitos e aos fenômenos sociais investigados. A área entende que no percurso da formação, as TICs vêm sendo acionadas por alguns Programas de Pós-Graduação, em geral por aqueles que dispõem de meios para viabilizar este acesso aos docentes e discentes, enquanto ferramenta para apoiar a articulação entre grupos, núcleos e projetos de pesquisas no plano nacional e internacional; para a transmissão de videoconferências; para a participação *online* de docentes convidados em bancas de qualificação dos projetos de pesquisa e nas de defesa dos trabalhos finais do Mestrado e do Doutorado; dentre outras

atividades. Contudo, a área reitera cautela no uso de metodologias híbridas de ensino e pesquisa e defende que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* devem funcionar na modalidade presencial, a fim de fortalecer a formação de alto nível.

No entanto, a área não ignora o fato de que o ensino a distância é modalidade legalmente reconhecida no país desde a década de 1990[9] e que requer aparato tecnológico e suporte técnico especializado, assim como docentes e discentes com habilidades e treinamento específico para o sucesso da modalidade na relação ensino-aprendizagem. No âmbito da pós-graduação, a área de Serviço Social não possui cursos aprovados para o funcionamento nesta modalidade e reconhece a importância de primar pela modalidade presencial tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação.

Diante disso, a área considera que as propostas apresentadas para cursos na modalidade de ensino a distância devem atender:

1.5.1 CONDIÇÕES ASSEGURADAS PELA IES E INFRAESTRUTURA

A instituição deve demonstrar a articulação da proposta com o PDI em relação à proposta de curso novo na modalidade de EaD, apresentando justificativa da demanda, detalhamento da política de autoavaliação institucional e seus instrumentos autoavaliativos no ambiente da pós-graduação dentro da modalidade EaD da instituição e do funcionamento dos polos. Sob pena de sua rejeição, ressalte-se que a proposta deve ser de um programa independente e não uma complementação ou extensão de um curso presencial existente.

No caso de propostas relativas aos cursos profissionais, as instituições coordenadoras e colaboradoras devem manter articulação com ambientes profissionais complementares e suficientes para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem e que justifiquem a modalidade.

Os proponentes deverão disponibilizar acesso (tais como endereço, mídia, entre outros) ao ambiente virtual dedicado às atividades do curso para testagem e avaliação no momento da submissão da proposta de curso novo com todos os recursos disponíveis aos avaliadores indicados pela Coordenação de Área de Avaliação. Dentre os aspectos de relevância destacam-se a política de integridade, mecanismos de segurança, validação, identificação e proteção de dados elaborados para o combate à fraude nas atividades avaliativas a distância.

Os proponentes devem descrever o perfil da equipe técnica que apoiará os docentes na construção do sistema de ensino e aprendizagem em EaD como um todo, e seus diferentes elementos instrucionais, tais como a elaboração do ambiente virtual de

[9] Regulado pela Lei nº. 9.394/2016 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e pelo Decreto nº. 9.057 de 25 de maio de 2017.

aprendizagem, a elaboração dos materiais, entre outros aspectos relevantes e contar com equipe de apoio para a implementação e manutenção da tecnologia de educação a distância, tais como o ambiente virtual de aprendizagem e sistemas de comunicação.

A modalidade de comunicação a distância das atividades didático-pedagógicas (ministração de disciplinas, estágios de docência, entre outras) deverá ser majoritariamente síncrona (docentes e discentes conectados ao mesmo tempo). As orientações deverão ser obrigatoriamente síncronas. Sendo assim, a IES deve assegurar:

1 Infraestrutura física e administrativa, tecnológica, pedagógica e de pessoal exigidas pela área de avaliação, para oferta de curso na modalidade EaD
2 Critérios para o funcionamento dos polos:

Além dos critérios para funcionamento dos polos necessários para a sua autorização (justificativa da criação do polo, demanda, infraestrutura física e administrativa, tecnológica, pedagógica e de pessoal), os quais estão descritos em legislação vigente, a proposta deve atender aos seguintes critérios da Área de Serviço Social:

a) O polo EaD, complementarmente, deve ser um espaço que ofereça infraestrutura necessária para que os estudantes da pós-graduação da Área de Serviço Social possam ter a oportunidade de vivência acadêmica, profissional, cultural, bem como a existência de laboratórios que permitam a realização das pesquisas, conforme área de concentração de linhas de pesquisa definidas na proposta de novo curso;
b) O curso de pós-graduação aprovado para oferta, na modalidade EaD, poderá utilizar instalações de outras pessoas jurídicas, próprias ou não, para fins de instalação e funcionamento de polo EaD, desde que atendidos os requisitos de aptidão previstos no item anterior, incluindo os espaços para os grupos de pesquisa, no sentido de promover atividades inovadoras. A formalização das relações estabelecidas entre a IES e outras pessoas jurídicas responsáveis pelas instalações devem necessariamente compor a proposta de novo curso;
c) A autorização do polo EaD deve estar vinculada à oferta do curso/programa de pós- graduaçãostricto sensu recomendado pela CAPES e reconhecido pelo CNE/MEC, que tenha nota 6 (seis) ou 7 (sete);
d) A existência do polo EaD deve estar bem justificada na proposta do curso, vinculada à demanda de pós-graduação da Área de Serviço Social no seu entorno, para fins de instalação e funcionamento de polo, promovendo a capilaridade da oferta de pós-graduação;
e) A fim de obter autorização, o polo EaD deve estar apto, ou seja, possuir adequação da infraestrutura física, tecnológica, documental, de recursos humanos, bem como adequação a todos os requisitos de aptidão com espaços que possibilitem as experiências específicas de ensino e pesquisa, conforme as demandas específicas da área de concentração, linhas de pesquisa e modalidade do curso, sendo vedada a oferta de cursos de pós-

graduação stricto sensu em instalações de polo EaD que não estejam devidamente aptas para este nível de ensino;

f) Na solicitação de autorização para funcionamento de polos EaD, a instituição proponente deverá comprovar, a qualquer tempo, o atendimento dos requisitos de aptidão dispostos nos documentos orientadores da área de Serviço Social, bem como a existência da seguinte infraestrutura mínima:
    i. física e administrativa (sala administrativa; laboratório de informática ou sala multimídia; sala de estudos com acesso a biblioteca virtual e bases de dados; sala(s) de aula/webconferência compatível(is) com a proposta do curso);
    ii. documental (alvará de funcionamento ou habite-se; documento de dominialidade/aluguel/cessão de uso; declaração dos recursos humanos do polo;
    iii. tecnológica (acesso à internet disponível em todos os espaços do polo, para uso pelos alunos, professores e quadro administrativo; computadores ou outros dispositivos similares que permitam o acesso à internet, considerando a quantidade de vagas previstas no respectivo polo; equipamentos para a realização de webconferências - todos eles compatíveis com a proposta do curso);
    iv. pedagógica (conforme área de concentração, linhas de pesquisa, modalidade do curso e estrutura curricular do curso);
    v. identificação - o polo EaD deve apresentar identificação inequívoca da instituição responsável pela oferta dos cursos. Deve ser garantida a adoção de medidas de acessibilidade em toda a estrutura do polo. É vedada a alteração/substituição de polo durante o trâmite de autorização para funcionamento junto a CAPES.

g) Todos os itens relacionados à infraestrutura de ensino e pesquisa devem ser atendidos pela IES proponente no momento de submissão do APCN. Não serão aprovadas propostas sem a clara vinculação da infraestrutura e do corpo docente permanente à PCN, nem condicionadas a futuras providências para o funcionamento do curso ou programa.

1.5.2 PROPOSTA DO CURSO

A proposta de curso novo na modalidade EaD deve atender aos critérios de admissibilidade (requisitos) previstos nas legislações e regulamentações vigentes. Seguem abaixo alguns requisitos necessários para a submissão:

Considerar-se-ão aptas para oferecer programas de pós-graduação stricto sensu a distância instituições que atendam a todos os requisitos abaixo referenciados:

I. tenham o Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro);
II. sejam credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos de educação a distância, atendendo ao disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (ou legislação superveniente).

Nos casos em que não se aplicar o uso do IGC, a instituição deverá possuir, no mínimo, um programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo MEC, em funcionamento, com nota 4 (quatro) e na mesma área de avaliação da proposta do curso novo.

A proposta deverá apresentar manifestação consubstanciada dos proponentes e dos dirigentes da IES que justifique o uso da modalidade EaD em contraposição à modalidade presencial na Área, tendo como base as premissas de expansão do conhecimento para a formação científica, docente ou capacitação profissional desejadas.

A proposta deve descrever o perfil esperado do egresso e como será a trajetória do discente no processo de aprendizagem das disciplinas, concatenando os diferentes elementos tais como: avaliação; materiais instrucionais; previsão e detalhamento dos encontros presenciais; e atividades síncronas e assíncronas entre os professores e discentes, a exemplo de vídeo-tutoria.

Em particular, deve descrever de forma objetiva:

a) O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como os principais materiais, recursos e tecnologias apropriadas, mostrando que permitem desenvolver plenamente a proposta e suas finalidades pedagógicas.
b) Como será a comunicação entre o orientador e o orientado no processo de elaboração do trabalho de conclusão do curso, contemplando as características específicas determinadas pelas Áreas de Avaliação no que diz respeito às atividades presenciais na orientação. No caso de uma orientação focada principalmente na interação por um aplicativo de comunicação virtual, deve-se especificar a frequência e tempos disponíveis do orientador por discente, seguindo as orientações das Áreas de Avaliação.
c) O processo de avaliação do discente durante o cumprimento de disciplinas, claramente detalhado em relação à metodologia aplicada no ensino, tais como trabalhos realizados em plataforma virtual, avaliações presenciais, relatórios de trabalho de campo, entre outros. No caso de contemplar avaliações presenciais, estas devem ser obrigatoriamente realizadas na própria IES coordenadora ou IES colaboradoras, na presença de um docente credenciado no programa conforme a legislação vigente.
d) Como será a interação discente durante o processo formativo, as possibilidades de trocas virtuais, desenvolvimento de trabalhos em conjunto, dentre outros.
e) Como se dará o processo de desenvolvimento e defesa de dissertação ou tese.

Caso haja proposta de associação entre IES, o número de IES envolvidas deve ser justificado tendo como base as necessidades apresentadas relativas à demanda de estudantes e profissionais nas regiões atendidas e, principalmente, pelas condições estruturantes necessárias e suficientes para oferecer um curso de qualidade acadêmico-científico, com plena assistência docente e focado nos objetos de formação desejados.

A proposta deverá prever e explicitar como será realizada a capacitação dos docentes e técnicos que estarão envolvidos na implantação do curso e na execução das suas atividades. Caso sejam declarados capacitados, isso deverá ser formalmente documentado.

A área de Serviço Social ainda considera como requisitos imprescindíveis para a apresentação de propostas na modalidade EAD os seguintes itens:

a) comprovação de existência de vínculo da IES ao Sistema Universidade Aberta do Brasil comprovado pela CAPES;
b) comprovação pela IES proponente da experiência de mais de dez (10) anos de oferta de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu a distância;
c) discriminação da carga horária presencial e a distância;
d) descrição das formas, do perfil e da qualificação da tutoria: tipos (devem ser usadas tutorias presenciais e a distância); todos os docentes responsáveis pelo conteúdo das disciplinas e módulos, tutores e orientadores devem possuir título de doutor em instituições nacionais e/ou estrangeiras, devidamente validado pelo MEC;
e) discriminação de carga horária dedicada ao curso pelos tutores; mecanismos de qualificação e treinamento dos tutores nas ferramentas da plataforma escolhida e nas diretrizes pedagógicas do curso;
f) descrição das especificações técnicas da infraestrutura física dos polos (velocidade da internet do polo de apoio presencial; modelo de organização e disposição do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; quantidades de computadores disponíveis nos polos; laboratórios para atividades presenciais nos termos da infraestrutura descritas no item 1 deste documento);
g) descrição precisa das especificações técnicas da parte pedagógica: dos materiais didáticos (virtuais e impressos); das atividades pedagógicas (regulares e complementares); dos recursos didáticos (fóruns e chats; vídeos; encontros presenciais; biblioteca virtual; webconferências, etc.);
h) descrição de modelos de avaliação (presenciais; à distância; interativas; modalidades de atividades práticas; atividades de campo com orientação presencial);
i) descrição da biblioteca virtual (discriminando os textos clássicos e contemporâneos das disciplinas envolvidas disponibilizados para os alunos com as devidas licenças para tanto);
j) informação quanto ao quantitativo de vagas oferecidas em relação ao quantitativo do corpo docente permanente, a periodicidade de entradas e a

relação de orientandos por orientador devem estar previstos na proposta de curso novo. A relação orientandos por orientador não deve ultrapassar o número total de 8 (oito) estudantes (ao ano) por docente, com vistas a garantir formação de qualidade, considerando a totalidade dos programas nos quais cada docente participa;

k) o regimento do curso novo na modalidade EaD deverá estar adequado ao estatuto ou às normas gerais da instituição referentes à pós-graduação stricto sensu. O Regimento do curso proposto deve tratar com objetividade de todos os assuntos relativos ao seu funcionamento, incluindo necessariamente o detalhamento dos itens que compõem este documento de orientações para a apresentação de cursos novos, dentre eles: objetivos do curso/programa, área(as) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura acadêmico-curricular e administrativa, perfil do egresso; política e processos de autoavaliação; procedimentos de credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de docentes. Se a proposta for apresentada em formato associativo, o documento deverá ser assinado pelos representantes máximos de todas as IES envolvidas;

l) ademais, é necessário que o Regulamento descreva os modelos de avaliação (presenciais; à distância; interativas; modalidades de atividades práticas; atividades de campo com orientação presencial) e explicite sobre a política de integridade para evitar fraudes nas atividades avaliativas a distância.

Ressalta-se que a proposta deve apresentar caráter stricto sensu distinguindo-se nitidamente de propostas lato sensu e de propostas presenciais.

A área, devido às suas peculiaridades, exige que o curso/programa reserve 60% de sua carga horária total para a modalidade presencial

1.5.3 CORPO DOCENTE

Além dos critérios aplicáveis a propostas presenciais previstos no documento orientador de APCN da Área de Serviço Social, a proposta de EaD deve apresentar, ainda, a descrição da experiência do corpo docente com a modalidade de EaD demonstrada e comprovada em IES credenciada pelo MEC para oferta de EaD, além da existência de Plano de Capacitação em EaD dos docentes e técnicos do Curso, com o seguinte detalhamento:

a) A proposta deve apresentar quadro de docentes doutores constituídos por docentes permanentes e docentes colaboradores. Os docentes permanentes em número, regime de dedicação ao programa e qualificação acadêmica devem assegurar a regularidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, orientação e produção científica. A presença de docentes e discentes de outras áreas (interdisciplinaridade) no programa, assim como a de docentes com diferentes formações de pós-graduação serão avaliadas

positivamente. Do total de docentes do programa, no mínimo, 70% devem pertencer ao quadro permanente. A participação de docentes colaboradores não pode exceder 30% do total de docentes do novo programa.

b) De acordo com o documento orientador de APCN da área de Serviço Social, será exigido, na modalidade EaD, um quantitativo de, no mínimo, 08 (oito) docentes permanentes em cursos de mestrado acadêmico e/ou profissional. Para cursos de doutorado acadêmico e/ou profissional é exigido um quadro de, no mínimo, 10 (dez) docentes.

c) Os docentes permanentes devem ter vínculo com a IES proponente, devendo dedicar 20 horas semanais ao programa. Quanto à composição do corpo docente, a proposta deve ter, no mínimo, 70% de docentes permanentes no quadro e, destes, 60%, no mínimo, devem ter vínculo com a instituição em tempo integral. O docente permanente poderá atuar, no máximo, em até 2 (dois) Programas de Pós-Graduação.

d) Todos os docentes permanentes devem ser doutores, com produção intelectual, inserção em núcleos/grupos de pesquisa (cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq) e participação em projetos de pesquisa articulados à proposta do curso. Nos Programas de Serviço Social, é exigido que 60% do corpo docente permanente tenha formação de graduação ou pós-graduação em Serviço Social e, nos programas interdisciplinares no campo das políticas sociais e públicas, é exigido que 30% do corpo permanente tenha graduação ou pós-graduação em Serviço Social, o que sustenta sua vinculação com a área. Para o nível de mestrado acadêmico e/ou profissional, os docentes permanentes devem ter experiência prévia em orientação de estudantes de iniciação científica (IC), Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) de graduação e de Especialização lato sensu. Para o nível de doutorado acadêmico e/ou profissional, os docentes permanentes devem ter experiência de orientação em todos os níveis anteriores e em dissertações de mestrado.

e) Será avaliada a competência técnico-científica do corpo docente para a promoção do curso na modalidade EaD, com argumentação clara e consistente de que a proposta foi precedida da formação e maturação de grupos de pesquisa com produção intelectual relevante, em termos quantitativos e qualitativos, e em condições de assegurar a formação dos alunos na (s) área (s) de concentração e linhas de pesquisa prevista (s).

1.5.4 PRODUÇÃO INTELECTUAL

Os parâmetros de avaliação da produção intelectual a serem adotados para as propostas de cursos na modalidade EaD deverão ser os mesmos discriminados nos Documentos de Critérios de Avaliação das APCN na modalidade presencial da Área de Serviço Social, acrescentando-se o seguinte critério: a instituição proponente deverá comprovar experiência de, no mínimo, dez anos ininterruptos de oferta de cursos de pós-

graduação stricto sensu na área, com produção intelectual avaliada com o conceito "Muito Bom" na última avaliação quadrienal.

1.6 Visão da área sobre a modalidade profissional

A área de Serviço Social não prioriza a abertura de programas profissionais. Há um posicionamento no interior dos PPG e da ABEPSS sobre a necessidade de fortalecimento e consolidação da área de conhecimento no campo acadêmico, principalmente no que concerne aos processos de interiorização, redução das assimetrias regionais e internacionalização. A clareza no posicionamento das entidades da área é fruto também da evidência de que os programas acadêmicos cumprem seu papel tanto na formação de docentes e também na qualificação de pesquisadores e de profissionais de Serviço Social e de áreas afins. Ressalte-se ainda que os programas acadêmicos da área (mestrados e doutorados) vêm atendendo efetivamente as demandas profissionais por formação pós-graduada em dois sentidos: i) profissionais que desejam seguir a vida acadêmica (ensino, pesquisa, extensão e produção de conhecimento) em IES; ii) profissionais que desejam se capacitar para o aperfeiçoamento do exercício profissional e da gestão em órgãos públicos e privados. Ademais, estudos contendo análises de políticas e programas sociais e de processos interventivos em serviço social e políticas públicas já constituem objeto de atenção da área 32, o que pode ser verificado por meio das teses e dissertações elaboradas nos PPG e pela produção bibliográfica e técnica da área.

Vale mencionar que a formação e o trabalho na área de Serviço Social envolvem duas dimensões indissociáveis, a investigativa e a interventiva e, nesse sentido, os programas acadêmicos têm cumprido com efetividade as demandas por qualificação profissional, assim como a de formação para docência.

1.7 Visão da área sobre formas associativas

Os programas em formas associativas (interinstitucional) ou multicampi (intrainstitucional) caracterizam-se pelo oferecimento conjunto de duas ou mais instituições, públicas ou privadas, ou diferentes campi de uma mesma instituição (no caso de atuação multicampi), que, de modo articulado e oficializado, criam e mantêm um programa de Pós-Graduação com responsabilidades definidas e compartilhadas entre as partes. A área indica que, dada a complexidade de administração de um programa em forma associativa, é importante que conste no regimento e na proposta de curso os aspectos formais e operacionais do convênio firmado entre as IES ou campi de uma mesma IES. Tais documentos devem detalhar as condições de efetivação da associação, definir prazos e condições para a sua dissolução ou para a entrada ou saída de uma ou mais instituições, bem como evidenciar um bom detalhamento da sistemática de funcionamento acadêmico do curso, incluindo a descrição do processo seletivo, da existência de mobilidade discente ou docente, do uso de tecnologias de informação e comunicação, do processamento de matrículas, oferta de disciplinas, certificação etc.

No caso de atuação multicampi, a IES precisa evidenciar como se dará o deslocamento entre os campi, bem como a sustentabilidade, inclusive financeira, do programa.

Além disso, a área indica que devem ser informados os nomes dos responsáveis em cada campi e/ou em cada instituição, os quais devem, necessariamente, ser professores do quadro permanente do programa.

A área entende que os programas em formas associativas podem ser estratégicos para ofertar vagas em regiões e/ou localidades que têm baixa quantidade de vagas, ou ainda para locais que não têm curso de pós-graduação. Contudo, a área também entende que esta estratégia pode e deve ser empregada desde que se tenham as condições para a formação de qualidade. Outro ponto relevante é que as atividades desses tipos de programas também devem ser ofertadas com observância à presencialidade das atividades. O uso do PHEA não deve ser visto como uma alternativa às aulas presenciais, mas sim como uma metodologia de ensino, inserida em seu planejamento estratégico e importante para alcançar os objetivos traçados pelo programa, visando a uma formação de qualidade e com capacidade de gerar impacto na sociedade.

A avaliação dos programas em associação e multicampi será feita utilizando-se os mesmos critérios definidos para os programas institucionais singulares da mesma modalidade. Além disso, serão avaliados os mecanismos gerenciais adotados para o seu funcionamento.

1.8 A interdisciplinaridade na área

A área de Serviço Social considera a interdisciplinaridade importante para a produção de conhecimento dos programas da área. A interdisciplinaridade se “caracteriza pelas trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto" (Japiassú, 1976, p.74), e pode se expressar de diferentes formas. Para Minayo (2010, p. 436), a interdisciplinaridade “constitui uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só”.

Os Programas de Pós-Graduação da área contam com a colaboração de outras disciplinas (Ciências Sociais, Economia, Psicologia, Saúde Coletiva, Educação, Nutrição, Direito, entre outras), tanto em seu corpo docente quanto entre os discentes, além da parceria e intercâmbio dos grupos, núcleos e redes de pesquisa. Por meio dessa interação disciplinar, os programas da área oferecem uma formação aos egressos em uma perspectiva de análise ampla da realidade social. No interior do SNPG, a área de Serviço Social se coloca em interlocução com outras áreas, no sentido de contribuir na construção de uma Pós-Graduação adequada às necessidades da população brasileira, na formação qualificada nesse nível e nas necessidades do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país.

Quanto à presença de docentes de outras áreas de conhecimento nos programas, a área indica que: a) nos programas de Serviço Social será exigido que, no mínimo, 60% do corpo docente permanente tenha formação de graduação ou pós-graduação em Serviço Social e até 40% de docentes pode ter formação em áreas afins; b) nos programas de políticas sociais e políticas públicas é exigido que, no mínimo, 30% do corpo permanente tenha graduação ou pós-graduação em Serviço Social. Salienta-se que este critério tem como objetivo garantir a vinculação dos programas à área de Serviço Social.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da área sobre a formação e perfil de egressos

A proposta do PPG deve evidenciar os objetivos da formação e o perfil do egresso pretendido, devendo estar apropriadamente atrelados ao nível da formação (mestrado e/ou doutorado). Os objetivos da formação e o perfil do egresso devem considerar o estágio de desenvolvimento da área no país, assim como os potenciais impactos do curso ou programa para a região onde a IES se localiza. Avalia-se a capacidade do egresso na elaboração de estudos que levem em consideração as problemáticas e conhecimentos produzidos pela área e a inserção do Programa na região onde está inserido o curso; a inserção no mercado de trabalho, como docentes do ensino superior e/ou como profissionais em diferentes áreas; as inovações na abordagem de temáticas históricas e emergentes sobre as desigualdades sociais que desencadeiam formas de análise e intervenção profissional.

Serão ainda consideradas as seguintes questões em relação à formação e ao perfil dos egressos: a) contribuição para a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento e como profissão, com vistas a propor alternativas para responder às expressões da questão social, por meio da investigação científica e elaboração de propostas interventivas e inovadoras; b) capacidade de propor e desenvolver processos interventivos do Serviço Social, com metodologias inovadoras, que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas e dos serviços sociais, no sentido de superação das desigualdades econômicas e sociais, com vistas à ampliação de direitos de cidadania da população usuária; c) contribuição da produção intelectual à realidade local, regional e nacional em que está inserido o Programa, no mapeamento de problemas e respostas às demandas socioeconômicas e culturais, por meio de abordagens, teóricas e metodológicas inovadoras; d) criação e disseminação de estratégias e metodologias de difusão de conhecimentos sobre direitos humanos a usuários de políticas e serviços sociais públicos e privados; e) promoção de eventos locais, regionais, nacionais, com vistas ao fortalecimento do trabalho profissional na esfera pública e privada.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

A área fará no quadriênio 2025-2028 a avaliação da produção bibliográfica e da produção técnica e tecnológica. A área trabalhará com a classificação da produção intelectual total dos programas, abrangendo apenas os docentes permanentes e suas associações com discentes e/ou egressos. A avaliação da produção intelectual (bibliográfica e/ou técnica) de cada docente permanente (individual ou em associação com discentes e/ou egressos) será feita considerando a aderência em relação ao curso proposto, áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. O equilíbrio na

distribuição das produções entre os docentes também é observado pela Área durante a avaliação.

Quanto à produção bibliográfica, será classificada a produção de artigos em periódicos e a produção de livros e de capítulos de livros com observância à aderência em relação à área de concentração e/ou linhas de pesquisa do programa.

A classificação de artigos para o quadriênio 2025-2028 terá uma nova sistemática. O principal conceito dessa mudança consiste em classificar o artigo e não apenas o veículo onde ele é publicado, ou seja, o periódico. Na prática, trata-se de um esforço para avaliação do artigo para além do periódico. Esta nova sistemática foi aprovada na 232a. Reunião do CTC-ES (Conselho Técnico Científico da Educação Superior) e está estabelecida pelo Ofício Circular nº 46/2024-DAV/CAPES, de 03 de outubro de 2024, no qual constam os três procedimentos de classificação dos artigos, a saber:

- Procedimento 1: Classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos do periódico (metodologia estatística que preserva os preceitos da metodologia atual).
- Procedimento 2: a) Classificação do artigo por indicadores bibliométricos diretos de citação; b) Classificação do artigo por critérios qualitativos do periódico;
- Procedimento 3: Análise qualitativa de artigos, baseada em fatores e metodologias definidos pela área.

A partir destes procedimentos, a Área de Serviço Social fará a classificação de artigos utilizando o Procedimento 2 (dois) que consiste em combinar indicadores bibliométricos do artigo, tais como número de citação, com indicadores quantitativos (H5 do Google Scholar) e qualitativos (qualidades editoriais indispensáveis consideradas pela área) do periódico. Nessa combinação, será considerada a valorização dos periódicos nacionais, em função das indexações. Serão considerados para avaliação apenas os artigos cujos periódicos possuem boas práticas editoriais, tais como: acesso aberto, política editorial definida; conselho editorial com afiliação institucional diversificada de seus membros; política de detecção de plágio; avaliação às cegas por pares, obediência a normas técnicas editoriais; dados da instituição de publicação; periodicidade regular e atualizada; identificação dos autores, com titulação, afiliação institucional, e-mail; resumo em língua portuguesa e em, pelo menos, uma língua estrangeira, seguido de palavras-chave; inclusão da data de recebimento e de aprovação de cada artigo; disponibilidade online no período de avaliação; presença de indexadores e/ou base de dados reconhecida pela Área de Serviço Social.

Quanto aos livros e capítulos de livros, a Área fará a classificação de toda a produção. Os Programas devem registrar na Plataforma Sucupira todas as informações referentes às produções de livros e capítulos, inclusive anexando o material conforme orientações da CAPES. A produção bibliográfica em livros será classificada observando a aderência da obra à proposta do programa, características formais da obra, avaliação indireta da

qualidade (natureza do texto, leitor e origem) e pontos adicionais (premiação, obra de referência e tradução).

Quanto à produção técnica, a área considera 8 tipos de Produtos Técnico-Tecnológicos (PTT), escolhidos no rol estabelecido pelo relatório do Grupo de Trabalho de PTT de 2019, a saber:

a) Produto bibliográfico – artigo publicado em revista técnica, jornal, revista de divulgação, resenha ou crítica artística, texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo;
b) Tecnologia social – método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade;
c) Curso de formação profissional – conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-Graduação;
d) Produto de editoração – resultado de atividade editorial de publicação de obras acadêmicas e de interesse dos profissionais da área e de áreas afins. Compreende planejar e executar, intelectual e graficamente, livros, periódicos, enciclopédias, preparação de textos, ilustrações, diagramação etc. com vinculação ao Programa de Pós-Graduação;
e) Material didático – produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais;
f) Evento organizado – produto da atividade de divulgação e/ou propagação do conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-Graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividades formalmente concebidas;
g) Relatório técnico conclusivo – texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido;
h) Base de dados técnico-científica – conjunto de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas. São coleções de dados organizadas que se relacionam de forma a criar algum sentido (informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo.

Os critérios de avaliação de PTT também incluem: aderência à área, à área de concentração e às linhas de pesquisa; aderência à pesquisa cadastrada ao corpo docente e ao projeto do programa de pós-graduação. A natureza dos PTT deve levar em consideração os seguintes indicadores: transferência de conhecimentos da área de serviço social visando à intervenção junto às refrações da questão social; fortalecimento

da cidadania; ampliação de direitos sociais e organização de movimentos sociais (impacto social); formação de recursos humanos para o desenvolvimento social e cultural e para a formulação de políticas sociais e culturais (impacto sociocultural); contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, técnico/profissional e de graduação (impacto educacional); contribuição para o desenvolvimento, em nível local, regional, nacional, por meio de avanços produtivos gerados pela disseminação de conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais (impacto tecnológico); contribuição para a formação de profissionais, pesquisadores e docentes da área de serviço social e áreas afins, bem como para cursos de formação profissional através de projetos e programas de extensão (impacto profissional).

Os destaques da produção (bibliográfica e técnica) serão avaliados utilizando os mesmos critérios usados na avaliação da produção total de cada tipo.

A produção intelectual de discentes e docentes pode ser relativizada, nas seguintes situações: 1)no caso de discentes: a) licença maternidade, licença paternidade; b) licença médica superior a 90 dias; c) trancamento justificado segundo os Regimentos/Regulamentos de cada Programa; d) desligamento do curso; e) conversão direta do mestrado para o doutorado; 2) no caso de docentes permanentes: a) licença parental (até 4 anos para mulheres e 2 anos para homens; b) licença médica superior a 90 dias; d) docentes em atividades de gestão acadêmica (instâncias superiores a departamentos, Programas e cursos). Nas situações acima, o Programa, se assim desejar, pode solicitar a retirada de discentes e/ou docentes da avaliação da produção intelectual. Tal solicitação e justificativa deve estar claramente descrita no relatório do Quadriênio.

2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta

A Ciência Aberta (Open Science) é inegavelmente uma singular contribuição para que o conhecimento científico seja acessado e que possa contribuir significativamente para as transformações necessárias para a sociedade como um todo. Seu objetivo é tornar o conhecimento científico aberto, democrático e compartilhado tanto pela comunidade científica como também pela sociedade, fortalecendo a comunicação entre diferentes sujeitos sociais e promovendo a popularização da ciência.

O Serviço Social, enquanto profissão e área do conhecimento, construiu historicamente seus programas de pós-graduação em constante diálogo com os atores sociais de suas investigações científicas, e defende uma ciência pública e de qualidade, com ênfase nas análises sobre a realidade social e suas desigualdades sociais e conflitos de classes, bem como sobre os processos de formulação, gestão, implementação e avaliação de políticas sociais que atuem no enfrentamento da pobreza e das diversas expressões da questão social. Nesse sentido, os cursos de mestrado e de doutorado em Serviço Social assumem lugar de destaque na produção de conhecimento, dada a

centralidade da pesquisa científica, cujas temáticas estão profundamente relacionadas aos interesses coletivos e solidários, a exemplo: as políticas sociais, as relações de trabalho e emprego, a reforma agrária, a reforma urbana e territórios, a população indígena, as relações sociossexuais, o meio ambiente e sustentabilidade, a crise sanitária, a fome, o racismo, a comunidade LGBTQIAP+, as violências de gênero.

Por meio de seus programas de pós-graduação, núcleos e grupos de pesquisas a eles vinculados, a área 32 reconhece a importância do movimento da ciência aberta ao produzir conhecimentos a partir de amplas e diversificadas demandas sociais. A amplitude dos eixos temáticos que envolvem as pesquisas da área mostra sua interação com a realidade social e as necessidades sociais, pois as pesquisas são frutos de estudos e intervenções nas diversas e desiguais regiões do país. Em seu conjunto, a amplitude dos eixos temáticos de pesquisa e produção científica apresenta as preocupações que ganham destaques em consonância com a herança histórica e as transformações sociais que o país almeja. Por essa razão, a área 32 reconhece a importância da ciência aberta que objetiva elaborar conhecimentos científicos que possam ser compartilhados entre os sujeitos e as sociedades investigadas, especialmente pela possibilidade de uma nova maneira de fazer ciência, mais colaborativa, transparente e sustentável. São esses parâmetros de ciência aberta, historicamente praticados pelo Serviço Social brasileiro, que serão considerados na avaliação.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da área na sociedade[10]

O impacto é entendido pela área como efeito positivo gerado para a sociedade decorrente de ações de pesquisa e/ou extensão e/ou da produção intelectual desenvolvida no âmbito dos programas e que geram externalidades.

Na ficha de avaliação da Quadrienal 2029, o impacto está situado no Quesito 3, sendo especificado como impacto local, regional, nacional e internacional. No detalhamento, constam os seguintes itens: inserção, visibilidade e popularização da ciência; inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento; impacto dos programas para a sociedade. Neste quesito, a ideia é perceber como o programa é visto, interage e devolve para sociedade os investimentos públicos que são feitos na pós-graduação. É a partir desta lógica que o impacto será observado no desempenho dos programas.

Na Quadrienal de 2029 cada Programa deverá indicar 5 casos de impacto em relação à contribuição da atuação dos programas, da produção bibliográfica ou técnica para instrumentalizar ações de instituições públicas, sociedade civil e movimentos sociais. Para a seleção, deverão ser considerados aspectos tais como: relevância, inovação e impacto social tendo em vista a avaliação global das atividades do Programa.

A transferência e o compartilhamento de conhecimento serão avaliados de acordo com as capacidades de criação de canais institucionais, tradicionais ou inovadores, de diálogo envolvendo as esferas locais, regionais, nacionais e internacionais, na busca de caminhos científicos globalmente articulados, mas que reconheçam e criem meios de compreender e intervir na realidade. A área 32 considera que as respostas para o desenvolvimento econômico e social exigem pesquisas precisas dos principais problemas socioeconômicos produzidos e/ou herdados da história do Brasil e de suas regiões, e que na contemporaneidade, em razão do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, são possíveis constantes trocas e transferências de saberes. A transferência e o compartilhamento de conhecimentos da área 32 serão mensurados pela capacidade dos programas na elaboração de conhecimentos que visam o enfrentamento das refrações da questão social, o fortalecimento da cidadania e a ampliação de direitos sociais. Tal perspectiva será possível com a formação de recursos humanos capacitados cientificamente para refletir e elaborar produtos de inovação voltados para a formulação, implementação, avaliação e gestão de políticas sociais. Essas capacidades serão verificadas pelo desenvolvimento, em nível nacional, local, regional e/ou internacional, de

[10] Considerando incentivos para ampliar transferência/compartilhamento de conhecimento e expandir produtos/processos de inovação tecnológica e social.

intercâmbios, cooperação e avanços gerados pela disseminação de conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência

A inserção e ampliação da visibilidade dos programas serão avaliadas de acordo com a singularidade de cada programa, considerando: a) adequação da abrangência das ações a partir dos objetivos, da identidade e do planejamento; b) parcerias em programas oficiais de cooperação e intercâmbio com instituições nacionais, regionais, locais e/ou internacionais) c) produção intelectual em colaboração com pesquisadores de outras instituições brasileiras e/ou estrangeiras; d) organização de publicações de circulação nacional e/ou internacional e/ou a participação de docentes permanentes como membros de comitês editoriais de veículos nacionais, locais, regionais e/ou internacionais; e) participação de docentes permanentes como palestrantes convidados em congressos nacionais, regionais, locais e/ou internacionais, e/ou como pesquisadores e/ou professores visitantes em instituições brasileiras e/ou estrangeiras; f) atuação dos docentes em assessoria e/ou consultoria a conselhos de direitos e de políticas públicas, organizações de trabalhadores, instituições e movimentos sociais, com vistas à ampliação de direitos humanos, sociais, ambientais, dentre outros; g) participação dos docentes em debates e entrevistas nas mídias sobre temas relacionados à área.

Nesse quesito, considera-se a história e a particularidade das regiões onde cada programa está inserido, para o desenvolvimento científico do Brasil como uma das estratégias prioritárias em razão da ampla diversidade e dimensão geográfica, sobretudo para a elaboração de diagnósticos locais que proporcionem aos gestores e elaboradores de políticas sociais as devidas ferramentas para os enfrentamentos das manifestações de pobreza e miséria.

A área 32 reconhece que os processos de inserção e ampliação de conhecimentos elaborados pelos programas podem ocorrer pela valorização do pensamento latino-americano enquanto universo cultural e histórico na construção de conhecimentos científicos sobre as desigualdades sociais e pobreza que sustentem projetos interventivos para o desenvolvimento econômico e social da região. Nessa direção, consideram-se: a relevância da proposta que prioriza as demandas históricas e emergentes da população usuária das políticas sociais (objeto constante das pesquisas da área); a visibilidade das questões regionais como estratégicas para o conhecimento produzido, principalmente pela extensa diversidade regional do Brasil e suas necessidades de desenvolvimento, desvelando suas potencialidades locais para os enfrentamentos das manifestações de pobreza, miséria e outras desigualdades sociais.

Quanto à popularização da ciência, que inclui as formas pelas quais o conhecimento é disponibilizado, acredita-se que deve estar alinhada com as boas práticas da ciência aberta. Desse modo, a área entende que a disponibilização dos resultados das pesquisas é uma devolutiva imprescindível para o público investigado e para a sociedade em geral. Além disso, os programas devem dar amplo acesso às dissertações e teses defendidas, dentre outras produções (bibliográficas e técnicas) e devem também difundir as informações relacionadas à produção intelectual e aos eventos.

Quanto à internacionalização dos programas de pós-graduação, a área entende que é um processo que deve ser contínuo, ampliado e aprofundado considerando sua centralidade na disseminação e troca de conhecimento. A área de Serviço Social valoriza estratégias para alcançar maior consolidação de uma posição de destaque no cenário internacional. Historicamente, tem apresentado expressiva inserção nesse cenário por meio do crescimento da produção em periódicos e livros internacionais, resultantes da participação em diretorias de associações internacionais da área, conselhos e comitês editoriais de periódicos internacionais, grupos de pesquisa e formação profissional em rede internacional, acordos e convênios internacionais, presença de docentes e discentes em congressos e eventos científicos, tanto coordenando grupos de trabalho como apresentando produção científica.

O processo de internacionalização dos programas de pós-graduação brasileiros em Serviço Social ocorre desde o seu nascedouro nos anos 1972, quando alguns dos primeiros mestres e doutores da área buscaram programas no exterior para suas titulações. Cabe lembrar que os primeiros Programas de Doutorado nos Estados Unidos datam da década de 1940. Em termos históricos de longa duração, a criação da Pós-Graduação em Serviço Social nos países hispano-americanos é muito recente. Pari passu à expansão da Pós-Graduação no Brasil, observa-se uma mudança no fluxo ao exterior. Em análise mais recente (1998/2014), percebe-se que a área apresenta uma tendência de crescimento de demanda de bolsas de pós-doutorado e doutorado sanduíche no exterior.

A internacionalização tem se dado em duas direções: (i)em função dos objetos comuns de estudo e pesquisas, especialmente com os países da Europa do Sul (e, em menor proporção, com os do Norte), Estados Unidos, Canadá e China, prevalecendo os processos de cooperação e intercâmbio a partir de pesquisas em redes e da participação de pesquisadores em equipes internacionais; (ii) em relação à América Latina e à África, a internacionalização assume outras tendências marcadas pela participação ativa dos programas nos processos de criação, consolidação e qualificação de quadros intelectuais vinculados à Graduação e à Pós- Graduação, com significativa mobilidade docente e discente e produções conjuntas.

A área tem estimulado e mantido um fluxo contínuo de capacitação docente no exterior, o que tem propiciado desdobramentos positivos, especialmente com a contratação de professores visitantes internacionais nos seus Programas e, também,

realização de pesquisas conjuntas. Tem-se realizado, e vem se ampliando, as titulações em cotutela com Programas de diferentes países, consolidando convênios bilaterais para dupla titulação/diplomação. Projetos de pesquisas com financiamento de agências de fomento brasileiras e estrangeiras têm sido aprovados e estão em execução nos PPG da área. A área compreende a importância do fomento público a iniciativas de internacionalização enquanto parte de uma política nacional de ciência, tecnologia e pós-graduação. Há, ainda, a articulação e o envolvimento desses Programas em redes internacionais de pesquisa.

A área reforça a importância de fortalecer as articulações internacionais com países da América Latina, da África e de outros países de língua portuguesa, destacando a necessidade das agências de fomento induzir editais para projetos de cooperação com esses países. Além disso, cabe destacar a relevância de desenvolvimento de estudos contemporâneos que envolvam ações coordenadas de internacionalização em regiões fronteiriças com o Brasil. Por fim, vale destacar que, em meio ao processo de internacionalização, há concepções de profissão em disputa, tendo o Serviço Social brasileiro o compromisso com a defesa de uma concepção crítica sobre a formação e o trabalho, a qual se distancia da concepção de vários países nos quais o Serviço Social ainda é tido como o profissional que desenvolve trabalho de caráter meramente assistencialista.

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A contribuição do Serviço Social para o Ensino Fundamental e Médio ocorre de forma direta e indireta. De forma direta, como espaço de formação em nível de Pós-Graduação a professores da rede pública e privada de ensino, qualificando-os para o exercício da docência (principalmente docentes vinculados às disciplinas de História e Geografia – Ensino Fundamental; ou disciplinas da área de Ciências Humanas no caso do Ensino Médio). Contribui, ainda, para a formação de docentes e técnicos administrativos inseridos nos Institutos Federais de Ensino (IFE), em especial de assistentes sociais. Ainda de forma direta, o reconhecimento da importância do assistente social nos estabelecimentos de Ensino Médio e Fundamental é expresso por meio da ampliação da demanda de profissionais buscando os cursos de Pós-Graduação para avaliar as experiências e construir saberes sobre esta área de intervenção. Identifica-se, assim, uma contribuição que favorece a inclusão dos alunos do curso fundamental na medida em que profissionais passam a contar com subsídios analíticos produzidos nos Programas de Pós-Graduação da área, qualificando sua ação cotidiana. De forma indireta, a recorrente temática da Política de Educação, ou das interfaces entre Educação e outras políticas públicas e os desafios colocados neste espaço, é objeto de teses e dissertações na área. Ou seja, um conhecimento sobre as requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

A verificação da excelência na área será realizada com base na observação de todos os quesitos, dos itens e dos indicadores da ficha de avaliação, considerando também as normativas e legislações vigentes no quadriênio. Nesse sentido, entende-se que a condição de excelência é aquela que identifica desempenho superior dos programas em todos os componentes da ficha de avaliação quando comparados com outros da mesma área.

Os programas identificados com desempenho de excelência estarão aptos à classificação quanto às notas 6 e 7, as quais designam os melhores desempenhos no que se refere aos indicadores distribuídos nos quesitos e itens da ficha de avaliação. Para distinção da excelência a área levará em consideração: a) Produção intelectual diferenciada nos estratos superiores envolvendo corpo docente, discentes e/ou egressos; b) Impacto na sociedade diferenciado em relação aos demais programas, buscando perceber contribuições em âmbito local, regional, nacional e internacional; c) Planejamento e autoavaliação sistemáticos; d) Iniciativas de solidariedade entre programas e/ou regiões; e) Ações de Internacionalização ligadas às atividades de pesquisa, produção intelectual, mobilidade acadêmica e ações institucionais.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

Os programas da área de Serviço Social têm crescido de forma moderada na última década. Atualmente, os programas estão concentrados no Sudeste e no Nordeste, respectivamente com 12 programas em cada uma destas regiões. Assim, registra-se a necessidade de incentivar a expansão da Pós-graduação na Região Norte, considerando que, dos sete estados desta Região, apenas três possuem Cursos de Pós-Graduação na área (Pará, Amazonas e Tocantins), constando vazios de programas nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Também na Região Centro-Oeste há a necessidade de ampliação para o estado do Mato Grosso do Sul. Além disso, hoje, os programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social se concentram, em sua maioria, em capitais, com exceção de Curitiba (PR), que ainda não possui pós-graduação stricto sensu. A figura 2 ilustra a localização dos programas da área atualmente:

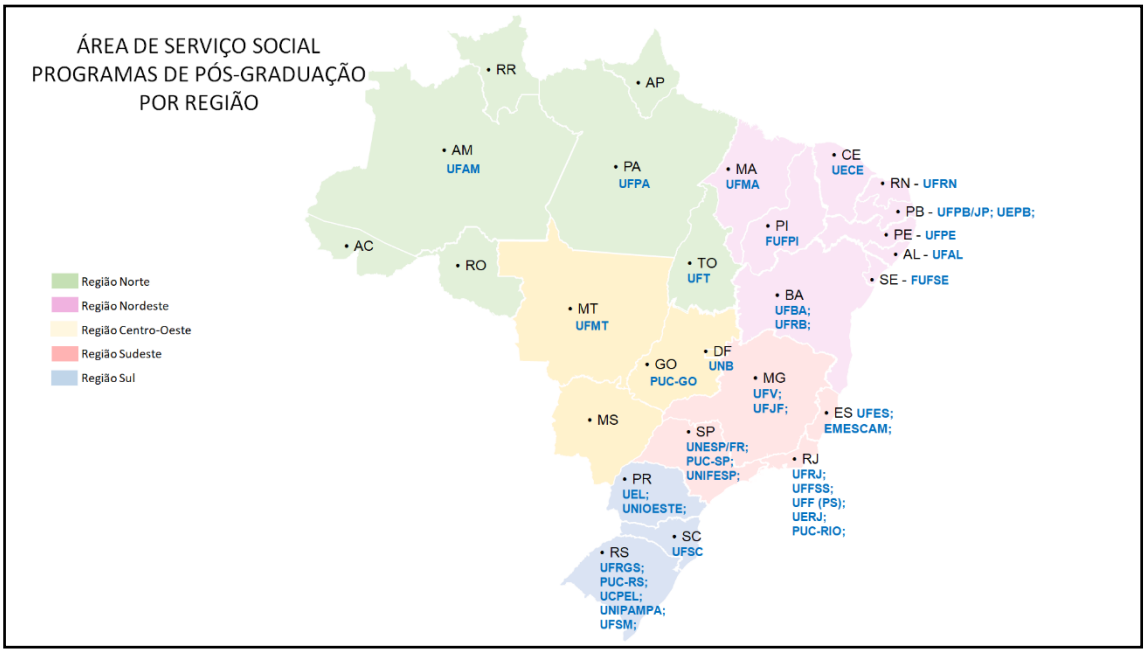


Figura 2 - Distribuição dos programas da área pelos estados brasileiros11.

Para reduzir as assimetrias regionais e intrarregionais, propõe-se a expansão dos programas em cidades de porte médio, que possuam IES sustentáveis, no sentido de contribuir com a interiorização da Pós-Graduação em Serviço Social e contribuir no diagnóstico da realidade dos municípios e na proposta de soluções aos problemas

[11] Fonte: Elaboração própria com dados da Plataforma Sucupira, 2024.

socioeconômicos em parcerias com as prefeituras e secretarias estaduais e municipais. A área reforça a necessidade de financiamento público para indução e fortalecimento das ações de redução das assimetrias regionais e intrarregionais (Minter e Dinter e outras formas de cooperação e associação entre IES). Considera-se importante o apoio aos programas com nota 3, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, e a necessidade de ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem nota 4. Para redução das assimetrias regionais e intrarregionais, considera-se importante o apoio dos programas com notas 5, 6 e 7 a programas com notas 3 e 4, e a necessidade de ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem nota 4.

Em regiões assimétricas, seja na região Norte ou Centro-Oeste, ou ainda em outras regiões do país e em localidades distantes das capitais e que se caracterizam por vazios em termos de programas de pós-graduação na área de Serviço Social, a área avaliará a possibilidade de criação de cursos novos com quantitativo de docentes diferenciado do número mínimo requerido. Deve-se lembrar que é exigido pela área um quantitativo de, no mínimo, 8 (oito) docentes permanentes em cursos de mestrado. Para cursos de doutorado é exigido um quadro de, no mínimo, 10 (dez) docentes permanentes. O detalhamento da situação de assimetria deve vir devidamente descrito na proposta de curso novo apresentada e a flexibilização no quantitativo mínimo de docentes está limitada a 10%.

5.2 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

A solidariedade entre programas é uma característica valorizada pela área. Uma das estratégias de solidariedade pode ocorrer via Projetos de Cooperação Interinstitucional para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCIs), os quais têm o objetivo de promover a formação de mestres e doutores em localidades que ainda não dispõem de centros consolidados de ensino e de pesquisa. Tal estratégia possibilita que programas, com no mínimo conceito 4 (quatro) possam ofertar respectivamente cursos de mestrado e ou conceito 5 (cinco) ou mais possam ofertar mestrado ou doutorado, tanto em âmbito nacional como internacional.

A área considera relevante a adoção de propostas de Minter ou Dinter, sobretudo em regiões e localidades assimétricas, considerando as orientações da legislação vigente, tendo em vista a importância estratégica desses mecanismos de solidariedade, os quais têm impactos positivos para os programas em consolidação, bem como para os consolidados e, principalmente, em vista da democratização do conhecimento pós-graduado em regiões que não oferecem turmas de mestrados e doutorados regulares. A médio prazo essa estratégia pode servir de alavanca para criação de novos cursos de pós-graduação na área.

Vale mencionar que as propostas de PCIs, a partir de 2024, passam pela apreciação da Coordenação da área e, nesse sentido, a área tem observado se elas têm alinhamento com as orientações presentes no Documento de Área e com o Documento Orientador de APCN. No ano de 2024, foram aprovadas 3 turmas de PCI na área. Esta estratégia não tem sido amplamente adotada pela área, e, por isso mesmo, como ação voltada para redução de assimetrias pode ser mais desenvolvida pelos programas da área. Contudo, é preciso reconhecer que nos últimos editais não houve destinação de recurso financeiro pela Capes, o que, certamente, é um obstáculo para as instituições envolvidas. Reforça-se aqui a necessidade de apoio financeiro como estratégia indutora para ampliação dos PCI na área.

As turmas ofertadas por meio de PCI devem primar pela qualidade da formação, valorizando a presencialidade das atividades, ainda que seja permitido o uso de TICS de forma complementar em momentos pontuais do processo formativo. Quanto ao estágio discente, este deve envolver a vivência das experiências pedagógicas ligadas ao ensino, à pesquisa e à ambiência sociocultural do acadêmico na instituição promotora. O processo seletivo deve guardar equivalência com o processo desenvolvido para turmas regulares.

Sendo assim, a área considera importante o desenvolvimento de propostas de Minter e/ou Dinter, por meio de PCI, os quais têm impactos positivos sobre os programas em consolidação, bem como sobre os consolidados e, principalmente, em vista da democratização do conhecimento pós-graduado em regiões que não oferecem mestrados e doutorados. A área incentiva estes cursos, desde que a IES e o programa tenham condições sustentáveis, em termo de corpo docente e infraestrutura, para assegurar o bom funcionamento da turma e a qualidade da formação.

Vale mencionar ainda que pensar a equidade na pós-graduação extrapola a questão da assimetria regional na oferta de cursos e vagas. Na realidade, a oferta de vagas de forma mais equânime no país é um processo importante, todavia há necessidade de articular a oferta de vagas com as ações afirmativas, com as práticas de respeito à diversidade sexual, de gênero e étnico-racial, como também com as políticas e estratégias de acessibilidade, além da promoção de ações afirmativas que garantam a permanência e conclusão do curso.

5.3 Visão da área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

O Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades no âmbito da CAPES (Portaria Capes 215, de 10 de julho de 2024) orientou procedimentos e ações para aprimorar o processo de inclusão de pessoas diversas que devem ser guias para as Instituições, Programas de Pós-Graduação e Coordenações de Área. Parte das orientações do Comitê complementam os procedimentos de avaliação, e quando pertinente, os indicadores dos Itens 1.3, 2.3, 2,4,

e do Quesito 3 da Ficha de Avaliação devem considerar as orientações presentes na seção "D2" do Documento "Parâmetros Comuns".

As desigualdades regionais, étnico-raciais, de gênero e de classes estão presentes no âmbito da pós-graduação. A área reconhece a importância das IES e dos programas se alinharem e desenvolverem política de ações afirmativas que promovam a inclusão e a permanência dos estudantes no âmbito da pós-graduação. É essencial que as políticas de ações afirmativas estejam presentes nos editais de seleção de ingressos com destinação de vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), povos originários, pessoas com deficiência (PCD) e transexuais/travestis/transgêneros. Os programas de pós-graduação devem promover estratégias que garantem o acesso desse grupo e sua permanência por meio de oportunidades acadêmicas que envolvem bolsas de estudos, apoio para cursos de idiomas estrangeiros, intercâmbios e estágios de pesquisa nacional e internacional. O respeito à diversidade no corpo discente e docente na pós-graduação deve ser encarado como uma prioridade, tendo em vista que o Serviço Social brasileiro assume abertamente em seu projeto ético-político a defesa dos direitos sociais, a ampliação e consolidação da democracia, a defesa do aprofundamento da democracia e de todas as formas de liberdade.

A questão da acessibilidade é outro foco de observação para o devido funcionamento dos cursos. A acessibilidade está dentro do rol dos direitos sociais. Desse modo, é importante que nas propostas de cursos novos e também na avaliação de permanência estejam devidamente relatadas as condições de acessibilidade vinculadas à infraestrutura para funcionamento do curso, bem como outras ações que busquem permitir o acesso de discentes e docentes com deficiência e/ou mobilidade reduzida para frequentar os ambientes acadêmicos no âmbito da pós-graduação.

Diante disso, a área entende ainda que os programas devem incluir questões relacionadas às ações afirmativas, ligadas à inclusão e à permanência, a acessibilidade, o respeito à diversidade de gênero, sexual e étnico-racial na autoavaliação e planejamento dos programas.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração

Fusão, desmembramento e migração são estratégias que podem ser empregadas de acordo com a necessidade apresentada pelos programas.

A fusão caracteriza-se pela união de dois programas com objetivo de fortalecer os programas envolvidos. Esta pode ser induzida pela área ou partir do interesse dos programas sempre que forem detectadas dificuldades de difícil superação por um programa isolado. No caso de fusões de programas, dentro de uma mesma IES, o novo programa deverá ser vinculado à área de Serviço Social, obedecendo aos parâmetros e requisitos definidos pelo Documento de Área.

O desmembramento é definido como processo em que um programa de pós-graduação stricto sensu em funcionamento tem a proposta, o quadro docente, os discentes e a infraestrutura subdivididos ou para compor um programa existente ou para criar outro programa, desde que se mantenha, necessariamente, o programa original. É permitido o desmembramento, no todo ou em parte, de curso ou de áreas de concentração ou de linhas de pesquisa do programa originário. O desmembramento deverá ocorrer com o envio de proposta de curso novo via calendário de abertura de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) estabelecido pela Diretoria de Avaliação e com a observância da legislação em vigor. O curso novo só é considerado apto a funcionar após a conclusão do pedido de desmembramento. A área de Serviço Social indica cautela quanto aos pedidos de desmembramento, tendo em vista que a maioria dos programas da área tem quadros docentes bastante enxutos. Outro alerta se relaciona à fragmentação das atividades de pesquisa, da produção intelectual dos docentes e da infraestrutura.

A migração corresponde à mudança de um programa de uma IES para outra que tenha interesse em recebê-lo. Nesse caso, as IES envolvidas precisam acordar como serão feitas as mudanças do corpo docente e dos discentes, das atividades de pesquisas e de ensino, dentre outras questões relacionadas.

Em casos excepcionais, seja de fusão e/ou migração e/ou desmembramento, a área avalia que esse processo deve estar em consonância com o planejamento e a autoavaliação dos programas, resguardado as particularidades dos mesmos e da área de Serviço Social.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

A Pós-Graduação da área de Serviço Social é convergente com o processo histórico da profissão e sua configuração como área de conhecimento. Atua na defesa e no fortalecimento da esfera pública, com ênfase no sentido público e socialmente relevante da produção de conhecimento e sua necessidade de financiamento público estatal. Nas produções bibliográficas e técnicas da área, destaca-se a potencialidade para apreensão das problemáticas que expressam as desigualdades socioeconômicas no país e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, bem como a formação de recursos humanos capazes de intervir qualificadamente nas expressões da questão social em níveis local, regional e nacional.

8 REFERÊNCIAS

CAPES, Coordenação de Pessoal de Aperfeiçoamento de Nível Superior. Relatório Final do GT Discussão e proposição de normas operacionais da utilização do processo híbrido de ensino e aprendizagem (PHEA) pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG) no Brasil para cumprimento da Portaria Capes nº 315, de 30.12.2022. Brasília, 2023.

CAPES. Coordenação de Pessoal de Aperfeiçoamento de Nível Superior. Relatório Final do GT de Produção Técnica e Tecnológica. 2019. Disponível: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-dav-e-grupos-de-trabalho/. Acesso em: 25 set. 2024.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SANTANA, Joana Valente; STAMPA, Inez. CAPES. Documento de área Serviço Social 2019. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Documento_de_área_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SANTANA, Joana Valente; STAMPA, Inez. CAPES. Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2021 da Área 32 – Serviço Social. Brasília: CAPES, 2021. 119p. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Histórico. Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess. Acesso em: 1 out. 2024.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; FERNANDEZ, C. B. Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 262 - 275, ago./dez. 2018.

GUERRA, Yolanda D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. Temporalis, Brasilia (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MINAYO, Maria Cecília S. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. Emancipação, Ponta Grossa, 10(2): 435-442, 2010.

MOTA, Ana Elisabete. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., jun./set. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003/24855. Acesso em:9 set. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 1 out. 2024

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. Relatório do Seminário de Meio Termo Serviço Social Área 32. CAPES, 2023. Disponível em:https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial_Relatrio_SMT_32verso2.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

VERHINE, Robert Evan. Relatório do Grupo de Trabalho (GT) da Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação. Brasília: CAPES, 2018.